



DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

“LUÍS DE CAMÕES”

**Implicações da Crise Migratória Venezuelana nas relações
políticodiplomáticas entre Portugal e a República Bolivariana (2014-2021)**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais

Autora: Mariana Morais de Jesus

Orientadora: Nancy Elena Ferreira Gomes

Número da candidata: 30007680

Junho de 2023

Lisboa

Agradecimentos

A minha orientadora, Professora Doutora Nancy Elena Ferreira Gomes, pela sua orientação e pela sua ajuda ao longo da elaboração da dissertação.

A minha família, amigos e a todos aqueles que contribuíram para a realização desta dissertação.

Muito obrigada.

RESUMO

A República Bolivariana da Venezuela, outrora considerado um dos países mais ricos, prósperos e influentes, da América Latina, detentor de uma das maiores reservas petrolíferas do mundo e outros recursos naturais, atravessa atualmente uma crise sem precedentes nos âmbitos político, económico e social. A saída em massa de venezuelanos é uma clara expressão da dimensão humanitária desta crise. É neste contexto que este estudo é desenvolvido e deve ser situado.

A chegada de Nicolás Maduro Moros ao poder, após a morte de Hugo Chávez Frias, coincide com o aprofundamento da crise que afeta o país há já vários anos. A instabilidade política, principalmente após o reconhecimento de Juan Guaidó enquanto Presidente interino da República Bolivariana da Venezuela por vários países, a falta de políticas e medidas adequadas às necessidades da população, a falta de abertura nas relações internacionais, as sanções económicas, e a pandemia mundial foram alguns dos fatores determinantes. O fluxo migratório venezuelano é atualmente um dos maiores do mundo. Cerca de 6 milhões de venezuelanos saíram da República Bolivariana da Venezuela por razões que não incluem o conflito armado ou as alterações climáticas. Falamos de uma das mais graves crises migratórias da atualidade que tem provocado problemas sérios nos países de destino e tem tornando estes migrantes cada vez mais vulneráveis à pobreza, discriminação e insegurança. Portugal têm visto o número de imigrantes venezuelanos a aumentar, especialmente desde 2015. As razões da escolha passam pela presença histórica de portugueses na Venezuela e as redes estabelecidas em Portugal por estes emigrantes/imigrantes há anos.

As relações bilaterais entre Portugal e a República Bolivariana da Venezuela, marcadas pelo peso da comunidade portuguesa no país luso, e pelos vários acordos de cooperação a nível económico, comercial e cultural, deterioram-se nos últimos anos. Este estudo incide, precisamente, sobre as “Implicações da Crise Migratória Venezuelana nas relações político-diplomáticas entre Portugal e a República Bolivariana”. A recolha de informação sobre as diferentes formas de interação entre os dois países no âmbito político-diplomático, a partir de acordos, reuniões, tensões diplomáticas, outras no contexto da crise migratória nos permitirá perceber se houve ou não repercussões, e de que tipo. Neste estudo apresentamos também uma análise dos dados obtidos (amostra) através de um estudo de caso.

Palavras-Chave: República Bolivariana da Venezuela, Crise migratória, Relações Portugal - Venezuela, Diplomacia.

ABSTRACT

The Bolivarian Republic of Venezuela, once considered one of the richest, most prosperous and influential countries, in Latin America, holding one of the world's largest oil reserves and other natural resources, is currently experiencing an unprecedented crisis in the political, economic and social spheres. The mass outflow of Venezuelans is a clear expression of the humanitarian dimension of this crisis. It is in this context that this study is developed.

The arrival of Nicolás Maduro Moros to power, following the death of Hugo Chávez Frias, coincides with the deepening of the crisis that has affected the country for several years now. The political instability, especially after the recognition of Juan Guaidó as interim President of the Bolivarian Republic of Venezuela by several countries, the lack of policies and measures suited to the needs of the population, the lack of openness in international relations, economic sanctions, and the global pandemic were some of the determining factors. The Venezuelan migration flow is currently one of the largest in the world. Around 6 million Venezuelans have left the Bolivarian Republic of Venezuela for reasons that do not include armed conflict or climate change. We are talking about one of the most serious migratory crises of today that has caused serious problems in the destination countries and has made these migrants increasingly vulnerable to poverty, discrimination and insecurity. Portugal has seen the number of Venezuelan immigrants increase, especially since 2015. The reasons for the choice include the historical presence of Portuguese people in Venezuela and the networks established in Portugal by these emigrants/immigrants years ago.

The bilateral relations between Portugal and the Bolivarian Republic of Venezuela, marked by the weight of the Portuguese community in the Luso country, and by the various cooperation agreements at the economic, commercial and cultural level, have deteriorated in recent years. This study focuses, precisely, on the "Implications of the Venezuelan Migratory Crisis on political and diplomatic relations between Portugal and the Bolivarian Republic". The collection of information about the different forms of interaction between the two countries in the political-diplomatic sphere, from agreements, meetings, diplomatic tensions, others in the context of the migratory crisis will allow us to understand whether there were repercussions or not, and of what kind. In this study we also present an analysis of the data obtained (sample) through a case study.

Keywords: Bolivarian Republic of Venezuela, Migration crisis, Portugal - Venezuela Relations, Diplomacy.

ÍNDICE

Introdução.....	8
a) Objeto de estudo, relevância do tema, hipóteses e objetivos	9
b) Estrutura do trabalho, método e técnica, conceitos e perspectivas teóricas.....	10
1- A chegada de Nicolás Maduro ao poder e a crise venezuelana	13
1.1 Antecedentes Históricos	13
1.2 A crise económica e política, a partir de 2013	17
1.2.1 A crise económica pela descida dos preços do petróleo.....	18
1.2.2 As sanções internacionais ao governo de Maduro	19
1.2.3 A crise constitucional e política	19
1.2.4 A pandemia da COVID e as vulnerabilidades do sistema.....	21
1.3 Crise multidimensional.....	22
1.3.1 A falência do Sistema de Saúde venezuelano	23
1.3.2 Violência e Criminalidade.....	27
2- A Crise Migratória Venezuelana.....	35
2.1 Razões da Saída Forçosa	35
2.2 Principais destinos e dificuldades à saída e à chegada dos migrantes venezuelanos	39
2.2.1 Colômbia	44
2.2.2 Peru.....	46
3- Estudo de Caso: Os Imigrantes Venezuelanos em Portugal	49
3.1 Amostra	50
3.2 Caracterização da recente vaga migratória.....	51
3.3- Integração e retorno dos migrantes	55
4- As Relações entre Portugal e a Venezuela e a questão migratória	57
4.1- Os portugueses na Venezuela.....	57
4.2 Cooperação bilateral entre Portugal e a Venezuela: os Acordos.....	58
4.2.1 Em tempos de ditadura	59

4.2.2 Início do processo de democratização em Portugal	59
4.2.3 Chegada de Hugo Chávez ao poder.....	62
4.2.4 Nicolás Maduro, presidente da República Bolivariana desde 2013	63
4.3 Implicações da Crise Migratória Venezuelana nas relações político-diplomáticas entre Portugal e a República Bolivariana	64
4.3.1 Medidas adoptadas pelo governo português para aliviar os efeitos da crise entre os portugueses radicados na Venezuela e os que emigraram para Portugal	64
4.3.2 Incidentes políticos e política externa	66
Conclusões.....	70
Referências Bibliográficas.....	74
Anexos.....	86
Modelo de questionário	86
.....	90
Acordos Bilaterais entre a República Portuguesa e a República Bolivariana da Venezuela	91

ÍNDICE GRÁFICOS, MAPA E TABELAS

Gráfico 1- Crescimento do PIB da República Bolivariana da Venezuela entre 1969 e 1980.....	14
Gráfico 2- Taxa de homicídios na República Bolivariana da Venezuela entre 2014 e 2021.....	29
Gráfico 3- Principais motivos de saída da República Bolivariana da Venezuela em 2019.....	39
Gráfico 4- Percentagem de migrantes venezuelanos empregados na economia formal e informal em 2019.....	48
Gráfico 5- Percentagem da idade média dos Inquiridos da Amostra.....	52
Gráfico 6- Distribuição dos inquiridos venezuelanos por distrito e ilha.....	53
Tabela- Número de homicídios por resistência às autoridades venezuelanas, entre 2016 e 2021.....	29
Mapa- Número de migrantes e refugiados venezuelanos na América Central e na América do Sul em julho de 2022.....	44

Introdução

O Século XXI é, sem dúvidas, o século da crise migratória venezuelana que acompanha, a sua vez, uma crise económica, política e social sem precedentes na história daquele país sul-americano. Falamos de uma crise com repercussões não só a nível nacional, mas também regional, continental e internacional.

Ao nível nacional, a crise nas suas várias dimensões não só afetou o sistema socioeconómico do país como também consequentemente provocou instabilidade política, escassez de bens e serviços de primeira necessidade, aumento da repressão e insegurança e também, um dos maiores fluxos migratórios da atualidade, a escala regional e mundial. Mas a situação insustentável e dramática que afeta a Venezuela não foi despontada por eventos singulares, mas sim por uma multiplicidade de eventos que ocorreram ao longo da história mais recente do país.

A crise económica, a instabilidade política, a repressão política e o medo perante o aumento da criminalidade constituem os principais motivos pelos quais milhões de venezuelanos abandonaram as suas casas e locais de trabalho em busca de melhores condições de vida e novas oportunidades. O aumento da violência ficou reflectida no aumento da criminalidade, mas também como resultado dos abusos por parte das forças policiais e armadas para com aqueles que demonstram a sua insatisfação com o atual governo. A crise económica e social na Venezuela reflete-se também na falta de acesso aos bens alimentares e medicamentos e de acesso aos serviços básicos de saúde, água, eletricidade, etc.

A saída em massa de milhões de pessoas evidencia uma crise migratória com impactos negativos no país (quase 10% da população venezuelana saiu, segundo dados da Organização das Nações Unidas) e colocou obstáculos nos locais de origem e destino dos migrantes.

A República Bolivariana da Venezuela, outrora considerado um dos países mais atrativos para se viver devido, sobretudo, à bonança petroleira, tornou-se um dos países com mais emigrantes a nível mundial e com uma das economias mais fragilizadas. Desde a chegada de Nicolás Maduro a situação do país tem vindo a agravar-se, provocando conflitos para dentro e para fora, levando inclusive à imposição de sanções económicas por parte de alguns Estados, como os EUA, e membros da União Europeia.

É neste quadro que, a relação entre a Venezuela e Portugal, inicialmente baseada em relações “de amizade” e cooperação - justificada muitas vezes pela grande comunidade

portuguesa radicada na Venezuela - tem vindo a deteriorar-se ao longo dos anos. Procuraremos, a partir daí, responder à pergunta: Quais têm sido as implicações da Crise Migratória Venezuelana nas relações político-diplomáticas entre Portugal e a República Bolivariana, a partir de 2014 e até 2021?

a) Objeto de estudo, relevância do tema, hipóteses e objetivos

Este estudo incide sobre as “Implicações da Crise Migratória Venezuelana nas relações político-diplomáticas entre Portugal e a República Bolivariana”. A delimitação temporal do nosso objeto de estudo privilegia o contexto que se define a partir da chegada ao poder de Nicolás Maduro, até 2021, ano em que o balanço de dois anos em pandemia por Covid revelou as fragilidades dos Estados e dos Governos, particularmente daquela região.

Para a análise, a recolha de informação sobre as diferentes formas de interação entre os dois países no âmbito político-diplomático (cooperação e conflito), a partir de acordos, reuniões, tensões diplomáticas, outras no contexto da crise migratória nos permitirá perceber se houve ou não repercussões, e de que tipo.

Os objetivos específicos do trabalho passam por expor detalhadamente e entender o porquê da situação atual do país, de que maneira afetou e irá afetar os Estados e os seus cidadãos, compreender quais são as posições dos restantes países do Mundo. É fundamental perceber o porquê de as Organizações Internacionais ainda não terem agido no sentido de afastar Nicolás Maduro do poder, e eventual responsabilização do seu governo pela crise que atravessa o país.

A instabilidade política e económica da República Bolivariana da Venezuela teve várias repercussões a nível local, regional e global, impõe-se, por isso, identificar os atores mais afetados, e entre esses atores, tentar perceber o papel de Portugal como agente (construtivo ou não) no contexto da relação entre os dois países, e ao mesmo tempo membro parte da comunidade internacional. É necessário também perceber as razões da escolha de Portugal como país de destino por muitos emigrantes venezuelanos.

Na medida em que como homens e cidadãos vamos tomando consciência da universalidade e indivisibilidade dos nossos direitos, é cada vez mais fundamental entender o porquê do surgimento de crises com uma dimensão humanitária que se sobrepõe às outras, como esta. É necessário abordar e expor a crise que o país está a viver neste momento e que está a afetar milhões de pessoas. A situação de crise em que a República Bolivariana da

Venezuela se encontra, apesar de grave e muito complexa, sem resolução à vista, tem vindo a ser cada vez menos objecto de atenção na medida que a pandemia da Covid-19, e depois a invasão russa à Ucrânia ficaram no foco dos média. Parece-nos indispensável, pois, voltar ao assunto uma e outra vez para não esquecer, e tentar encontrar uma saída.

b) Estrutura do trabalho, método e técnica, conceitos e perspectivas teóricas.

A dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresentamos os antecedentes históricos da crise multidimensional atual. Neste capítulo serão ainda estudados o impasse político que o país atravessa assim como o aumento da repressão e violência. No primeiro capítulo iremos descrever também a situação do sistema de saúde no território venezuelano antes e durante a pandemia da Covid-19, fator que fragilizou ainda mais a situação da Venezuela, do ponto de vista sanitário.

O segundo capítulo forçar-se-á na crise migratória venezuelana, uma das maiores da atualidade, e uma das consequências mais grave da situação política, económica e social da República Bolivariana da Venezuela. Ainda no mesmo capítulo serão considerados para a análise os instrumentos internacionais que defendem os direitos e interesses dos migrantes e refugiados, e os obstáculos, desafios e riscos que os mesmo enfrentam nas fronteiras e nos países de destino.

Sobre a importância de considerarmos o fenómeno das migrações na análise das relações entre os Estados, concordamos com Teresa Rodrigues quando afirma que,

(...) estas contribuem para o desenvolvimento económico dos países de origem (através do envio de remessas, por exemplo) e de destino (mão-de-obra barata e/ ou especializada) e para o equilíbrio demográfico e enriquecimento social. Contudo, a sua centralidade e escala transnacional implicam incertezas e facilmente são associadas a riscos de segurança. (Rodrigues & Ferreira 2014).

No penúltimo capítulo apresentamos uma análise dos dados obtidos (amostra) através de um estudo de caso. Para esse efeito realizamos um inquérito sobre os contornos da imigração de venezuelanos e luso-Venezuelanos em Portugal, as principais razões que provocaram esta vaga migratória. Através da amostra obtida tentamos compreender também qual foi a posição do estado português e de que forma os portugueses têm vindo a apoiar (ou não) aos imigrantes venezuelanos e luso-venezuelanos, e quais os obstáculos que estes imigrantes encontram à entrada em território português. Para este estudo de caso recorreremos

ainda a documentos oficiais e publicações de jornais e relatórios que serão comparados com as respostas dos inquiridos.

No quarto e último capítulo, a análise das relações político-diplomáticas entre Portugal e a República Bolivariana da Venezuela será feita desde uma perspectiva que valoriza duas formas de interação privilegiadas entre estados, a cooperação e o conflito. Para Holsti, a cooperação internacional entre países deve ter pelo menos dois princípios: o primeiro, o respeito pelos interesses nacionais de cada um dos membros envolvidos, e em segundo, a existência de uma decisão conjunta para ultrapassar qualquer problema que surja. Para que haja a uma decisão em conjunto, é necessário que haja comunicação e consulta numa base contínua. Ainda, para o mesmo autor, A cooperação internacional não se faz apenas entre países de forma individual, mas também entre países que se encontram nas mesmas organizações ou instituições internacionais (Holsti, 1988).

As relações internacionais podem ser associadas a todo tipo de interação entre os membros de sociedades distintas, quer sejam promovidas ou não pelos governos. Segundo Holsti, o estudo das relações internacionais deveria incluir a análise das políticas externas ou dos processos políticos entre as nações, e ainda, o comércio internacional, os transportes, as comunicações e o desenvolvimento de valores e ética internacionais como fatores próprios das relações entre as diversas sociedades. (Holsti, 1992)

Em relação ao conflito, para Holsti (1996), a incompatibilidade de objetivos e de políticas entre dois países que têm uma relação de cooperação, são os dois principais motivos das divergências. Os principais culpados pelo fim da paz, segurança e ordem internacional são os interesses individuais dos governos, que muitas vezes vão contra os ideias dos seus parceiros internacionais e assim se inicia um conflito que não têm de ser necessariamente armado.

No último capítulo desta dissertação é abordada a importância da comunidade portuguesa na Venezuela, e a influência da crise multidimensional na relação político-diplomática entre Portugal e a República Bolivariana, sem deixar de referir o papel que portugueses têm desempenhado no sentido mais ou menos construtivo a favor de uma solução eficaz perante a crise.

Durante a realização da pesquisa para a dissertação por vezes foi difícil obter dados ou mais informações devido à falta da notoriedade da situação da Venezuela por parte da comunicação social, especialmente após a pandemia causada pela Covid-19. A falta de

abertura, transparência e veracidade dos dados disponíveis por parte do governo de Nicolás Maduro Moros criou bastantes dificuldades quanto à disponibilização de dados concretos pelo que muitas vezes fomos buscar dados à relatórios de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas, e a outras sem fins lucrativos.

A procura de caracterizar o conjunto de migrantes que escolheram Portugal como destino, e atendendo às dificuldades de acesso aos dados necessários para conhecer o universo de referência, optamos pelo método de estudo de caso, como referimos atrás, a partir da recolha de uma amostra não probabilística¹. Apesar da colaboração por parte dos inquiridos, é de realçar que nenhum imigrante quis ser entrevistado, mostrando-se mais abertos a responder a um questionário sobre os contornos da emigração de venezuelanos e luso-venezuelanos para Portugal.

Para a análise consideraremos também alguns conceitos aplicados às Relações internacionais, como os de migração, política externa, e crise. O método científico utilizado será predominantemente o método descritivo, ou seja “a exposição narrativa, numérica e gráfica, o mais detalhada possível da realidade que vamos a investigar” (Cervera, 2010, p.24), e o método hipotético-dedutivo, cujo objetivo é gerar e testar hipóteses com base em premissas de alta probabilidade.

¹ amostra não-probabilística, ou seja, a seleção de elementos seguiu determinados critérios teóricos definidos pelo investigador. Deste modo, não é possível tecer generalizações empíricas sobre o universo, a partir dos resultados obtidos sobre a amostra.

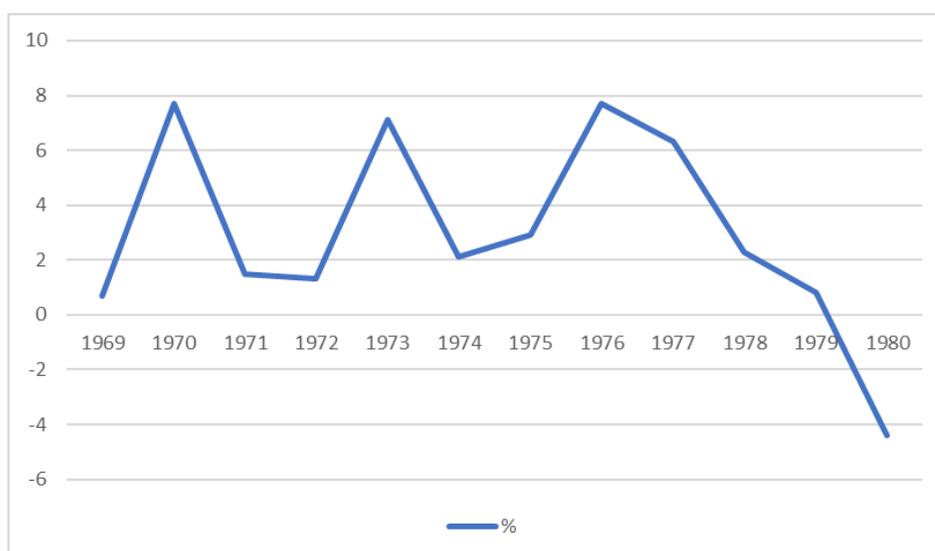
1- A chegada de Nicolás Maduro ao poder e a crise venezuelana

A República Bolivariana da Venezuela, era considerado um dos países mais prósperos e ricos da América Latina (1950-1980), tal riqueza devia-se sobretudo ao desenvolvimento dinâmico e vigoroso que apresentava o setor petrolífero. Porém a partir de 1980, o país começou a sentir os primeiros sintomas de instabilidade política e económica, os quais se foram agravando ao longo dos anos até ao presente.

1.1 Antecedentes Históricos

A República da Venezuela² era considerada na década de 1970 um dos países mais influentes da América Latina. Com efeito, naqueles tempos o país apresentava elevadas taxas de crescimento, chegando mesmo a atingir uma taxa de 7% de crescimento do PIB, em 1970, 1973 e 1976, de acordo com os dados do Banco Mundial (Gráfico 1).

Gráfico 1- Crescimento do PIB da República Bolivariana da Venezuela entre 1969 e 1980.



Fonte: Dados do Banco Mundial (The World Bank)

Gráfico elaborado pela autora

² Um dos países fundadores da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo, criada em 15 de setembro de 1960 em Bagdad. Para além da Venezuela, Iraque, Irão, Arabia Saudita e Kuwait foram os fundadores deste cartel. Atualmente conta com 13 membros).

Este crescimento deveu-se em grande parte à produção e exportação de petróleo e os seus derivados, principalmente para os mercados dos EUA e alguns países da Europa, aliados de Israel, num contexto marcado pela guerra entre árabes e israelitas, por conseguinte, elevado preço do petróleo. Contudo, a prosperidade económica que se vivia na República da Venezuela sofreu uma drástica mudança a partir da década de 1980. O país, viu crescer a taxa de pobreza como consequência da instabilidade económica, sociopolítica e principalmente pelas oscilações nos preços do petróleo. Devido a todos estes fatores e outros, em 1989, de acordo com os dados do índice de pobreza do Banco Mundial, 53% população venezuelana era considerada pobre (Goulart & Adinolfi, 2018, p. 393).

Em 1989, durante a Presidência de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), a instabilidade económica, social e política, atingiu um novo pico devido às medidas implementadas pelo então governo do partido Ação Democrática³. Carlos Andrés Pérez como forma de equilibrar as despesas do Estado, decidiu implementar diversas reformas de cariz neoliberal associadas a uma política de austeridade fiscal. Com o objetivo de controlar as despesas do Estado, o governo venezuelano aumentou o preço dos combustíveis, procedeu à privatização de várias empresas e liberalizou a economia. Durante a década de 1980, o governo venezuelano criou a sua vez políticas de contenção de gastos e controlo cambial, como forma de ‘apaziguar’ os credores internacionais.

Os resultados das medidas atrás mencionadas, mostraram-se só no final da década, a partir de 1989, especialmente após a implementação de um programa que foi apresentado no documento oficial assinado com o FMI. Este programa incluía, restrição dos gastos fiscais; restrições salariais; menos controlo de preços; taxas de juros flexíveis, aumento das taxas de juros reguladas, eliminação dos créditos com taxas preferências para a agricultura, novas taxas de juros para o mercado; controlo do regime cambial; redução de subsídios; ajuste de tarifas de bens e serviços nacionais; adiamento de programas não prioritários; novo imposto sobre vendas; suspensão das restrições às transações internacionais,; reforma no setor comercial (López Maya, 2006, p. 21). Naturalmente, tais medidas não foram bem-recebidas

³ O partido político Ação Democrática, fundado por Rómulo Betancourt em 1941, Caracas, Venezuela. Inicialmente um partido de esquerda socialista, baseava-se na corrente marxista. A partir da década de 80 o partido adotou uma ideologia social-democrata, conservadora e centrista, a qual se mantém. É considerado um partido política de centro-esquerda, tendo elegido um total quatro presidentes da República da Venezuela, sendo que o último fora 1988. O partido é ainda membro da organização Internacional Socialista e da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina. Atualmente a presidente do partido Ação Democrática é Isabel Carmona de Serra.

pelo povo venezuelano, manifestando-se numa série de protestos que ficaram conhecidos como o Caracazo⁴. É neste ambiente de descontentamento e protestos que aparecem grupos organizados, como o Movimento Bolivariano Revolucionário, liderado por Hugo Chávez Frias (Gomes, 2018).

Como consequência da situação exposta atrás, o então presidente foi alvo de duas tentativas de golpe de estado, uma em fevereiro de 1992, propiciado pelo tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frias, contando com o apoio militar e também popular, e que acabou sem sucesso e com a morte de vários civis e a detenção do tenente-coronel. E a segunda tentativa, em novembro do mesmo ano desta vez liderada pelos militares aliados do tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frias. Em 1993 a justiça venezuelana com recurso a um processo de *impeachment*⁵, conseguiu a remoção do então Presidente Carlos Andrés Pérez.

Contrariamente ao que se esperava, após a saída de Carlos Andrés Pérez, a nomeação de um novo presidente não significou uma melhoria no país. A partir de 1993, após a eleição de Rafael Caldera (1994-1999), instalou-se uma crise político-partidária que como consequência provocou a ascensão de individualidades que mostravam poucas aptidões para exercer cargos políticos (Bernardes, 2015), como foi o caso de Hugo Chávez Frias.

O Coronel Hugo Chávez foi eleito presidente da República da Venezuela, com cerca de 56% dos votos, em 1998. “A vitória de Hugo Chávez nas presidenciais de 1998 marca o início de uma nova era política na América Latina.” (Bernardes, 2015). A política venezuelana passou a reger-se por uma nova doutrina baseada naquilo que ficou conhecido como Chavismo e Bolivarianismo.

Hugo Chávez desde o início do seu mandato, faz referência à vida e obra de Simón Bolívar assumindo-se o impulsor de uma “nova independência da pátria”, em relação ao poder imperialista (Gomes, 2017). Num contexto marcado pelo elevado preço do petróleo, o então presidente procurou reestruturar o modelo económico venezuelano através da implementação de novas medidas, como parte de uma estratégia político-ideológica mais ampla, à qual o próprio Chávez chamou de ‘Socialismo do século XXI’⁶. Todavia, a vitória de Chávez não significou um controlo do Parlamento, uma vez que os partidos políticos Ação

⁴ Movimento social de grandes proporções que ocorreu em 1989, em Caracas, na República Bolivariana da Venezuela, em resposta às medidas económicas adotadas pelo então Presidente, Carlos Andrés Pérez.

⁵ Processo político-criminal cujo objetivo é destituir um ou mais indivíduos com cargos governamentais, que durante o exercício das suas funções infringiram a lei

⁶ Socialismo do século XXI foi criado por Heinz Dieterich, em 1996. É um conceito político que foi utilizado em 2005 por Hugo Chávez durante o seu discurso no Fórum Social Mundial.

Democrática e COPEI⁷ juntos tinham 90 deputados, e o Polo Patriótico contava com 66. É neste contexto que é promovido um debate para a criação de uma nova Constituição, cujo propósito seria garantir o controlo no Parlamento venezuelano.

Com efeito, a adoção de uma nova Constituição em 1999, pro-chavista, permitiu a concretização de diversas reformas a nível económico, político e social. Para Bernardes, o governo de Chávez “demarcou-se não só do marxismo-leninismo, como da velha esquerda derrotada no passado pelas dinâmicas internas e internacionais” (2015). Chávez diferencia-se dos restantes políticos, uma vez que as suas políticas favoreceram os mais necessitados, medidas como a nacionalização do setor agrário, do setor petrolífero e a criação de programas sociais como, o *Sistema Nacional de Misiones*⁸, fez com que Chávez ganhasse mais apoiantes (Bernardes, 2015).

A liderança de Hugo Chávez distanciou-se das democracias liberais venezuelanas e do socialismo do leste europeu, o seu governo focou-se em encontrar um meio termo entre o socialismo e o capitalismo, contra a globalização.

De acordo com Carlos Romero, o governo e liderança de Chávez foi marcado por quatro etapas (Romero, 2013). A primeira etapa, que se iniciou em 1998, refere-se à transição e implementação de um novo conceito ideológico governamental e económica promovida por Hugo Chávez. A segunda etapa, que ocorreu entre 2000 e 2004, é marcada pela introdução do novo modelo chavista, e pela instabilidade política com o crescimento da oposição. A segunda etapa foi ainda marcada pela tentativa de golpe de Estado, em 2002, por parte da oposição, a greve dos funcionários do setor petrolífero, e a não aprovação do Referendo de 2004 - referendo apoiado pela oposição cujo objetivo era destituição de Hugo Chávez. Em 2004 iniciou-se a terceira etapa, que só iria acabar em 2013, e que foi marcada pelas ideias promovidas por Chávez como parte do chamado ‘Socialismo do século XXI’. Em 2013 dá-se o início da última ou quarta etapa, com a entrada de Nicolás Maduro na política e governo venezuelano. Inicialmente Maduro foi eleito Vice-Presidente da República em janeiro de 2013, mas em menos de dois meses se iria tornar Presidente, em março desse mesmo ano, após a morte de Chávez.

⁷ COPEI- Comité de Organización Política Electoral Independiente

⁸ Sistema Nacional de Misiones é um programa de apoio social criado em 2003 na República Bolivariana da Venezuela. Tem como finalidade diminuir o analfabetismo e a pobreza, através de fundos para ajudar a população mais carenciada.

Hugo Chávez conquistou o povo venezuelano através do seu discurso populista (Bernardes, 2015), no entanto a centralização que existia a volta da figura e do poder do presidente provocou uma divisão política e mais tarde social, e proporcionou ainda a criação de novos grupos partidários que se opunham ao regime chavista. A implementação de uma nova constituição e as medidas concretizadas através da mesma, favoreciam, sobretudo, o papel e o poder do presidente e dos que constituíam o governo venezuelano, e conseqüentemente continham o papel da oposição, o que causou bastante controvérsia no país. A presidência de Chávez ficou sobretudo marcada pelas diversas manifestações sociais que ocorriam recorrentemente, e também pela exclusão da população no que diz respeito à sua intervenção na política do País (Gamboa, 2016).

Em 1999, o governo de Hugo Chávez adotou um novo sistema legislativo, e o estado venezuelano passou de um sistema bicameral para unicameral, o que originou uma redução do número de deputados parlamentares, ficando a Assembleia Nacional Constituinte dominada maioritariamente pelos chavistas. A ampliação dos poderes do governo permitiu uma maior intervenção do Estado nas diversas áreas. Dá-se assim início a um novo processo político na República Bolivariana da Venezuela, a “erosão democrática”, o regime chavista, que durou onze anos, governava com base na força e repressão, (Gamboa, 2016).

Após completar três mandatos, Hugo Chávez, por motivos de saúde não é capaz de continuar a desempenhar as suas funções, vindo a falecer a 5 de março de 2013. A sua morte originou um debate, no que diz respeito ao futuro do país e quem era a pessoa certa para prosseguir com o projeto chavista. É nestas circunstâncias que Nicolás Maduro, vice-presidente do governo - após ter sido apontado pelo Chávez como seu sucessor - , ascende ao poder após ganhar as eleições presidenciais em 2013.

1.2 A crise económica e política, a partir de 2013

A eleição de Nicolás Maduro gerou contestação, uma vez que para muitos venezuelanos o novo presidente não reunia as capacidades necessárias para voltar a unir o povo venezuelano (profundamente polarizado) e conseguir retirar o país da situação de crise em que já se encontrava na altura. Maduro assumiu publicamente como objectivo primeiro, continuar com o projeto adotado por Hugo Chávez, tendo formado um governo “supostamente” baseado nas doutrinas e ideologias do seu antecessor (Friedman, 2013). Desta forma a “bipolarização do sistema político venezuelano” (Bernardes, 2015, p. 125), que já

vinha a decorrer desde 2002 na República Bolivariana da Venezuela agravou-se bastante, especialmente nos últimos anos.

O impasse político que tem vindo a ocorrer na Venezuela originou um conflito ao nível das forças políticas internas, colocando de um lado o atual presidente Nicolás Maduro, e do outro lado a *Mesa de la Unidad Democrática* (MUD), formada por 33 partidos, os quais formaram uma aliança para ‘travar’ Maduro. Porém a divisão política no país provocou uma profunda divisão social, e como consequência, contribuiu para um agravamento da crise económica que, como vimos, já se arrastava desde 1999.

1.2.1 A crise económica pela descida dos preços do petróleo

Em 2014 a crise venezuelana intensificou-se devido a uma drástica descida do preço do petróleo. A Venezuela tem as maiores reservas mundiais de petróleo e as exportações de petróleo representam mais de 90% do total de todas as exportações, o que torna a economia venezuelana dependente deste sector que, enquanto concentra a maior parte das atividades económicas geradoras de riqueza do país, é a principal fonte de financiamento do governo.

Em 2014, o preço do petróleo teve uma queda significativa de mais de 50% (Seelke *et al.*, 2019), deixando em evidência a má gestão do governo venezuelano. O país não conseguia equilibrar a balança comercial, uma vez que existia uma grande dependência das importações de todo tipo de bens e serviços. Outros fatores que contribuíram para o aumento da dívida externa e por consequência, a intensificação da crise venezuelana, foram, a desvalorização do bolívar (moeda nacional), de aceleração dos índices de produtividade laboral, aumento da taxa de desemprego, inflação, desinvestimento do setor industrial, (Monaldi, 2015).

Durante o seu governo, Chávez adotou várias medidas de controlo de preços e do valor da moeda rumo a nacionalização da indústria do petróleo com o objetivo de fazer crescer a economia do país. Porém, através de tais medidas o governo contribuiu também para uma economia fechada, sem grandes investimentos estrangeiros e apenas com o foco num único setor. A economia da República Bolivariana da Venezuela que em 2000 fora impulsionada pelos altos preços do petróleo, em 2014 encontrava-se numa situação bastante difícil por causa da descida desses mesmos preços. Em vez de reconhecer imediatamente as verdadeiras causas do problema, o governo de Maduro atribui as culpas ao esforço económico criado pelas sanções impostas pelos Estados Unidos da América, em especial a partir de 2014.

1.2.2 As sanções internacionais ao governo de Maduro

Com efeito, com Barack Obama na liderança, o governo dos EUA resolveu impor sanções que visavam sobretudo pressionar o governo venezuelano face à grave situação humanitária que vivia o país, e a opressão de que era alvo a população. Entre as medidas, a restrição de vistos de entrada nos EUA a funcionários venezuelanos acusados de terem violado os direitos humanos ou que estivessem envolvidos em escândalos de corrupção. O governo de Donald Trump, mais tarde, impôs outro tipo de sanções como, condenar a liderança e ações do governo de Maduro, apoiar a remoção do atual presidente venezuelano, chegando inclusive a “colocar encima da mesa” a possibilidade de implementar uma operação militar e bloqueio naval para acabar com a liderança de Maduro (Congressional Research Service, 2022).

Na Venezuela, as tentativas do governo de Maduro no sentido de ultrapassar a crise através da implementação de medidas, tais como, a adoção de um novo controlo dos preços, e a criação, em 2018, de uma moeda digital, o petro⁹, em nada contribuíram em reverter a situação, frustrando ainda mais aos venezuelanos desejosos de ver melhoras, nomeadamente no plano económico. Objetivos como equilibrar o orçamento do governo e a reestruturação da dívida externa venezuelana nunca chegaram a ser alcançados (Cheatham & Labrador, 2021).

1.2.3 A crise constitucional e política

Em 2017, assistimos ao início de uma crise constitucional na Venezuela, após o Supremo Tribunal de Justiça retirar os poderes da Assembleia Nacional, transferindo-os para o Supremo Tribunal de Justiça. Esta decisão ocorreu após as eleições do órgão legislativo, em 2016, quando os opositores detinham a maioria. Neste caso, o Tribunal considerou que as eleições eram inválidas.

O Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela era composto, na sua maioria, por apoiantes do governo de Maduro, pelo que esta transferência de poderes foi considerada, quase, como um golpe de estado. Após muita contestação a decisão acabou por ser revertida um mês depois, porém em agosto de 2017, a Assembleia Nacional Constituinte de 2017¹⁰, convocou uma nova eleição na Assembleia Nacional que acabaria por ser boicotada pela

⁹ A moeda digital venezuelana, petro, foi criada em 2018 e tinha como propósito sustentar as reservas petrolíferas do país.

¹⁰ Assembleia Nacional Constituinte da Venezuela de 2017, foi fundada em 2017, com o objetivo de elaborar uma nova Constituição da Venezuela. A assembleia possui poderes legislativos, é o único órgão acima de todas as instituições existentes na República Bolivariana da Venezuela.

oposição. Em resposta a este boicote a Assembleia Nacional Constituinte de 2017, retirou os poderes legislativos da Assembleia Nacional da Venezuela, o que criou um clima de contestação tanto nacional como internacional.

Em 2018 a crise governamental venezuelana atingiu um novo pico de tensões com a reeleição de Nicolás Maduro. A eleição presidencial em 2018 foi marcada por diversas polémicas e um número recorde de abstenções de cerca de 54%, (Moleiro, 2018). Maduro foi reeleito com cerca de 6 milhões de votos, porém mais de metade da população venezuelana tem contestado e rejeitado sistematicamente o governo de Maduro. A oposição contestou estes resultados também, denunciando que as eleições não foram livres, nem isentas e com números fictícios e votos fraudulentos. A nível internacional, a reeleição de Nicolás Maduro “foi objeto de uma condenação alargada por diversos Estados e organizações não governamentais (ONG) que usualmente atuam como observadores de atos eleitorais” (Teixeira Fernandes, 2019).

Após a reeleição de Maduro, a Assembleia Nacional Constituinte de 2017, liderado pela oposição, passou a ser considerada o único órgão legislativo reconhecido legalmente, e com poderes legislativos que lhe permitissem governar acima de todas as outras instituições estatais. É nestas circunstâncias que em 2019, Juan Guaidó assume a presidência interina da República Bolivariana da Venezuela, invocando o artigo 233º da Constituição venezuelana. Este artigo estipula que em caso de ausência absoluta do Presidente da República, por razões como morte, renúncia, destituição decretada pelo do Supremo Tribunal de Justiça, incapacidade mental ou física, demissão forçada pelos cidadãos ou demissão declarada pela Assembleia Nacional, deverá realizar-se: “uma nova eleição universal, direta e secreta será realizada dentro dos trinta dias subsequentes” (Constitucion de la República Bolivariana de Venezuela, 1999), sendo que durante o período de eleições, “o Presidente da Assembleia Nacional tomará o cargo da Presidência da República” (Constitucion de la República Bolivariana de Venezuela, 1999). Juan Guaidó para além do artigo 230º, invocou também o artigo 350º que afirma que “O povo da Venezuela, fiel à sua tradição republicana, à sua luta pela independência, paz e liberdade, ignorará qualquer regime, legislação ou autoridade que contrarie os valores, princípios e garantias democráticas ou enfraqueça os direitos humanos” (Constitucion de la República Bolivariana de Venezuela, 1999) .

1.2.4 A pandemia da COVID e as vulnerabilidades do sistema

Mais recentemente, em 2020, a crise económica, política e social, com uma profunda dimensão humanitária que atravessa a República Bolivariana da Venezuela agravou-se drasticamente devido ao surto da pandemia da Covid-19. Devido à má gestão governamental, a população venezuelana já vinha a sofrer há bastantes anos, pelo que a pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 só veio revelar, ainda mais claramente, quão grave estava o sistema de saúde, governamental e económico do país. Regras como o distanciamento social e o isolamento obrigatório, contribuíram para a interrupção e encerramento de diversos estabelecimentos e serviços, muitos deles essenciais para a economia. Como forma de combater o agravamento da crise causado pela pandemia, o governo de Maduro adotou, inicialmente, medidas de controlo de preços nos produtos alimentares (Reuters Staff, 2020).

A resposta do governo perante o agravamento da crise, a partir de 2020, foi dada a través da introdução de novas reformas, sobretudo a nível económico. Em 2020, o salário mínimo integral do país teve um aumento de 77,77%, passando de 450 mil bolívares soberanos (atualmente 0,94 euros)¹¹ para 800 mil bolívares soberanos (equivalente a 1,67 euros)¹². Estes dados revelam, efectivamente, que o custo de vida no território venezuelano era e continua a ser bastante elevado.

Um cartão de ovos no país custa mais de 640 mil BsS (3,46 euros), um pão 80.000 BsS (0,43 euros), um quilograma de farinha de milho 145 mil BsS (0,78 euros), um litro de óleo 340 mil BsS (1,84 euros), um pacote de arroz do mais barato 130 mil BsS (0,70 euros) e um quilograma de carne para bifes 600 mil BsS (3,25 euros) Para beber um café os venezuelanos devem pagar 80,000 BsS (0,43 euros) (Agência Lusa, 2020).

Perante este cenário, as reformas introduzidas revelaram-se insuficientes e claramente ineficazes não impedindo que a crise económica se tornasse devastadora para a população venezuelana. Em 2021, o país atingiu grandes percentagens no que diz respeito à situação de pobreza na Venezuela: de acordo com os novos dados do Instituto de Investigações Económicas e Sociais, da Universidade Católica Andrés Bello (UCAB). Atualmente 94,5% da população encontra-se numa situação de pobreza, sendo que deste número, 76,6% dos cidadãos vivem numa situação de pobreza extrema (Encovi, 2021).

Durantes várias décadas a República Bolivariana da Venezuela tinha uma das economias mais prósperas da América do Sul, porém a realidade actual, como podemos constatar, é bastante diferente. A crise que têm vindo a afetar o país durante vários anos

¹¹ Dados do Banco de Portugal, convertidos em março de 2022.

¹² Dados do Banco de Portugal, convertidos em março de 2022.

chegou a alcançar um novo pico em 2020, com o aparecimento e expansão do coronavírus. A população venezuelana enfrenta grandes dificuldades para garantir a sobrevivência devido aos baixos salários e preços altos, especialmente no que diz respeito aos bens essenciais. Todas as medidas que o governo de Maduro implementou até hoje foram ineficazes, o país está cada vez mais fechado, dependente do preço do petróleo e de produtos externos. Muitos economistas dizem que a tão ambicionada reconstrução econômica do país só poderá ocorrer com uma mudança estrutural e profunda do sistema.

1.3 Crise multidimensional

A crise que vive a Venezuela, que com o tempo se tornou multidimensional, e que a pandemia revelou em toda a sua complexidade, afeta a população venezuelana a vários níveis, sendo um dos sectores mais profundamente afetados, o da saúde.

Com efeito, a pandemia causada pelo coronavírus provocou um agravamento da crise no Sistema de Saúde venezuelana, onde muitos cidadãos morreram devido à falta de assistência médica, falta de medicamentos, falta de equipamentos técnicos e falta de condições nos hospitais (Page & Taraciuk Broner, 2020). Mas afirmar que a crise do sector saúde resulta do aparecimento e propagação do coronavírus não nos parece, na verdade, uma afirmação rigorosa. As causas, como vimos atrás, e concordando com Briceño-Ruiz & Lehmann (2021) passam seguramente pela má gestão, as sanções internacionais, a corrupção, a insegurança alimentar, as políticas repressivas, a escassez de combustível, a instabilidade energética, a falta de investimento por parte de empresas estrangeiras no país, entre outras razões.

A falta de alimentos é outro dos assuntos mais preocupantes. Em 2020, antes do aparecimento (oficialmente reconhecido) da Covid-19 no país, o Programa Mundial de Alimentos revelou que 60% da população venezuelana destinava todo o seu dinheiro na aquisição de produtos alimentares. “Milhares de venezuelanos venderam quase todos os seus bens para conseguir alimentar a sua família” (Nações Unidas, 2020).

Outros assuntos preocupantes são a frequente falta de energia e a falta de acesso à água potável, afetando milhares de pessoas, facilitando, em muitos casos, a propagação de diversas doenças, e tornando, por isso, as populações cada vez mais vulneráveis.

Noutra ordem de ideias, o governo de Nicolás Maduro tem sido caracterizado também pelos atos de repressão contra opositores políticos, políticas de incentivo à violência, má

gestão e abuso de poder (Cheatham & Labrador, 2021). De ano para ano são cada vez mais os relatos de pessoas que sofrem de vários tipos de violência por parte das autoridades policiais e militares venezuelanos. A crescer que todos os anos milhares de pessoas atravessam a fronteira à procura de uma vida melhor para si e para a sua família. Os venezuelanos tornam-se, assim, cada vez mais vulneráveis e os seus direitos humanos encontram-se em risco de serem violados. Por todas estas as razões, a crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela tem sido objecto de debate e discussão no quadro de várias organizações internacionais.

1.3.1 A falência do Sistema de Saúde venezuelano

O Sistema de Saúde da República Bolivariana da Venezuela, a partir de 1999, durante o governo de Hugo Chávez, foi alvo de várias mudanças e implementação de vários programas, como o da “assistência medica gratuita para todos os cidadãos”. Tais mudanças foram conseguidas essencialmente através da bonança gerada pela subida dos preços do petróleo, e do acordo “Convenio Integral de Cooperación”¹³, com o governo cubano. Os programas de saúde promovidos pelo governo venezuelano contribuíram para o aumento da esperança média de vida, passando de 71 para 74 anos, diminuição da taxa de mortalidade infantil que era 26,7 para 14,6 por cada 1000 nascimentos (Lancet, 2018).

O Convénio entre Fidel Castro e Hugo Chávez permitiu que milhares de cubanos, sobretudo de trabalhadores na área da saúde e educação, fossem enviados para a Venezuela, com o propósito de participar em programas sociais, principalmente nas regiões mais pobres do país. É graças a este acordo bilateral que é criado o programa Convenio de Atención a Pacientes, cujo objetivo era enviar pacientes venezuelanos para hospitais em Cuba, sendo que todas as despesas seriam pagas pelo governo venezuelano.

Entre os diversos programas que foram promovidos pelo governo de Chávez, podemos destacar também o programa social Misión Barrio Adentro, criado em 2003, com o propósito de ativar um plano de saúde gratuito que ‘levaria’ assistência médica a comunidades mais carenciadas e excluídas. A adoção deste programa foi um dos principais focos do governo de Chávez uma vez que garantia o direito universal à saúde e assistência médica de forma

¹³ O Convenio Integral de Cooperación é um acordo bilateral entre República Bolivariana da Venezuela e Cuba que foi assinado em outubro de 2000. Este acordo definia que a Venezuela enviaria 53 mil barris de petróleo por dia para Cuba e em troca iria receber equipamento técnico na área da saúde, educação, desporto e tecnologia.

gratuita, conseguido graças a aliança entre Cuba e a República Bolivariana da Venezuela (Ministerio del Poder Popular de la Salud, 2021). O programa Misión Barrio Adentro foi visto como um sucesso tanto a nível nacional como internacional, tendo sido elogiada na altura pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

Em 2008 o preço do petróleo atingiu um novo mínimo, algo que não acontecia desde 2004, o barril passou a custar cerca de 33 dólares. “Esta drástica baixa de preço ocorreu devido á grave crise financeira” (Da Redação, 2015).

A economia da Venezuela depende das exportações de petróleo e por consoante dos preços deste combustível fóssil, pelo que esta redução significativa dos preços criou um grande problema económico no país. Perante estas circunstâncias, o Estado venezuelano viu-se impossibilitado de financiar diversos projetos sociais, sendo que o sistema de saúde foi uma das áreas que mais sofreu com esta crise, acabando mesmo por, poucos anos depois, colapsar. Devido à falta de financiamento, o sistema de saúde já em 2012 encontrava-se com bastantes fragilidades por causa da falta de médicos e equipamento.

Em 2017, o sistema de saúde venezuelano encontrava-se bastante debilitado. As dificuldades que se iniciaram em 2008 nunca foram resolvidas e foram crescendo de ano para ano, sendo que o governo tem sido responsabilizado por tal situação devido à evidente má gestão dos recursos.

Os hospitais públicos não conseguem dar resposta às necessidades de saúde básicas da população venezuelana, as listas de espera aumentam cada vez mais, especialmente, devido à falta de médicos. Questões como a falta de medicamentos, número reduzido de camas nos hospitais e um grande número de internamentos, provocaram um crescimento no setor de saúde privado e o aumento da emigração de muitos profissionais de saúde. É neste contexto que reaparecem várias doenças infecciosas, muitas delas evitáveis através de vacinas, de acordo com o relatório conjunto da Organização Pan-Americana de Saúde e Organização Mundial de Saúde,

(...) surtos de difteria, sarampo e malária se propagaram rapidamente, afetando simultaneamente muitos dos 23 estados do país e o Distrito da Capital. Outras áreas preocupantes em termos de saúde pública são o HIV, a tuberculose, o aumento da mortalidade materna e infantil e a falta de acesso a medicamentos e atenção adequados para pessoas com doenças agudas e crónicas potencialmente fatais (Organização Pan-Americana de Saúde e Organização Mundial de Saúde & Organização Mundial de Saúde, 2018).

Vale a pena lembrar que, a Venezuela, entre 1936 e 1970, promoveu uma das maiores campanhas de combate à malária, liderada pelo médico e político Arnoldo Gabaldón. Em

1961, a malária já se encontrava praticamente erradicada do país, porém desde 2015 observou-se um grande aumento de casos como há muito não se via (Gabaldón-Figueira *et al*, 2021). O aumento de casos de malária, a partir de 2015, no território venezuelano, deve-se à deslocação de pessoas infetadas, especialmente nas regiões de mineração de ouro a sul do rio Orinoco, onde o sistema de saúde é bastante precário ou praticamente inexistente. Os trabalhadores das minerações representam entre 47% a 80% dos casos de malária do país Venezuela (Grillet *et al*, 2021). De acordo com o mais recente Relatório Mundial sobre Malária da Organização Mundial de Saúde (2020), estima-se que cerca de quase meio milhão de pessoas tinham malária na Venezuela, sendo que o país representa 73% do total de mortes desta doença no continente.

Um dos principais fatores que mais contribuiu para ‘reaparecimento’, em grande escala, da malária no país, é o desinvestimento na saúde que ocorreu por parte do governo, motivado pela crise económica. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), em 2015 o orçamento do governo venezuelano passou de 9 milhões de dólares, para cerca de 900 mil dólares em 2018, no que diz respeito ao controlo da malária, sendo que em 2015 foi quando começaram a aparecer novos casos.

Outras doenças como o sarampo, tubérculos e HIV, cresceram exponencialmente na República Bolivariana da Venezuela, sendo que as duas primeiras são evitáveis através da vacinação. Desde 2017 que os casos de sarampo têm aumentado em todos os estados do país, só nesse ano foram reportados mais de 7 mil casos e em 2018 foram confirmados mais de 5 mil, segundo a OPAS e a OMS, não havia registo de casos de sarampo no país desde 2008. No caso da tuberculose, esta começou a reaparecer entre 2014 e 2016, sendo que de acordo com o relatório da OMS e da OPAS, em 2017 já existam mais de 10 mil casos no país. Apesar dos esforços mais recentes por parte do governo de Maduro para conter o avanço da tuberculose, a propagação da doença continua a ocorrer, sobretudo nos bairros mais pobres. A má alimentação e má nutrição são os fatores que mais contribuem para a ‘expansão’ desta doença infecciosa, uma vez que fragilizam o sistema imunitário, tornando-o mais vulnerável ao desenvolvimento de doenças (Semple, 2018).

Outras das doenças afetadas pela falta do investimento na saúde pública foi a Sida. Ficamos a saber que apenas cerca de dez por cento dos pacientes com HIV recebe atualmente tratamento, sendo que esta situação piorou devido à Covid-19. “A Venezuela é o único país de renda média no mundo onde um grande número de pacientes com HIV é forçado a

interromper seu tratamento em razão da escassez generalizada de medicamentos antirretrovirais” (Human Rights Watch, 2018). Em 2018, o relatório da OMS e OPAS, revelou que havia cerca de 79 mil pessoas infectas com HIV na Venezuela, porém atualmente estima-se que o número seja muito maior uma vez que muitas instituições de saúde não têm material necessário para realizar testes a doença.

Desde 2008, verificamos, pois, as fragilidades do sistema de saúde público da Venezuela, tendo chegado a uma nova fase com o reaparecimento de doenças, muitas delas que podem ser controladas pela administração da vacina.

Antes da pandemia da Covid-19, os hospitais já enfrentavam grandes obstáculos, desde falhas de energia e água, falta de recursos, medicamentos, equipamento técnico, enfermeiros e médicos.

Em 2017, os hospitais apresentaram 78% de escassez de medicamentos, 75% de faltas de material médico-cirúrgico e 76% de deficiências em cateteres e sondas (...) o mais grave é que os médicos sofrem agressões de parte de pacientes e familiares porque não têm como atendê-los” (Agência Lusa, 2017). No mesmo sentido, o presidente da Federação Médica Venezuelana (FMV), Douglas León Nater, comparando a situação dos hospitais venezuelanos ao ‘holocausto’, afirmou que, “a razão pela qual usamos o termo holocausto da saúde é porque o Governo tem mantido os hospitais numa situação precária, ao não colocar, como deve ser, a quantidade de materiais necessários para atender emergências. (Lusa, 2017).

Em 2020, o mundo assiste ao aparecimento de uma nova ameaça global, a Covid-19, esta doença infecciosa afetou todos os países, tendo tido um maior impacto nos estados mais economicamente instáveis. O coronavírus que parece ter surgido inicialmente na China, rapidamente se propagou por todo o mundo, tornando-se uma das maiores ameaças a vida humana desde o seu aparecimento. Ainda antes da Covid-19 se alastrar por todo o território da República Bolivariana da Venezuela, a situação dos hospitais do país era bastante caótica, como vimos, pelo que existia uma preocupação por parte de várias entidades internacionais, dos obstáculos que a população iria enfrentar. As questões passavam principalmente por saber quais as medidas que o governo de Maduro implementaria, como é que os hospitais iriam responder às necessidades da população e de que forma é que os direitos humanos iriam ser salvaguardados. O governo venezuelano como forma de impedir a ‘entrada’ da Covid-19, a 12 de março de 2020, proibiu a entrada de todos os vindos provenientes da Europa e Colômbia. Em 13 de março de 2020, o governo confirmava oficialmente o primeiro caso de Covid19.

No início da pandemia, em 2020, uma das medidas mais implementadas globalmente foi a quarentena obrigatória, a Venezuela não fugiu a regra. No início o país declarou a

quarentena obrigatória no distrito da capital e sete estados. Esta quarentena que no início era só para alguns estados, rapidamente se expandiu por todo o país, contudo este isolamento obrigatório veio mostrar a falta de condições em que milhões de cidadãos venezuelanos vivem. A falta de condições que o país apresenta, desde a falta de água canalizada, falhas na eletricidade, falta de gás para cozinhar, falta de comida, medicamentos, falta de serviços básicos essenciais, e a existência de uma economia informal, foram, naturalmente, fatores que dificultaram o cumprimento do isolamento obrigatório.

Os dados e estatísticas apresentadas pelo governo, desde o o aparecimento e confirmação de casos de pessoas infetadas com coronavírus no país, têm colocado muitas dúvidas quanto à sua fiabilidade e sobre a situação real em que o país se encontrava e ainda se encontra. De acordo com os dados epidemiológicos do governo venezuelano, cerca de 330 mil testes rápidos de sangue teriam sido realizados até abril de 2020. Porém no final de abril de 2020, o Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), revelou que estes testes não eram fiáveis, uma vez que estes apenas verificavam a presença de anticorpos desenvolvidos semanas após a infeção de covid-19. De acordo com a OCHA, o país até ao final do mês de abril de 2020, apenas tinha realizado 6 mil testes RT-PCR Covid-19. O número de infetados pelo coronavírus, de acordo com os dados do governo, foi sempre mais baixo do que estima-se seja o número real, isto deve-se sobretudo à falta de testagem e a falta de fiabilidade dos relatórios divulgados pelo Estado venezuelano. De acordo com os dados revelados pela Reuters, até ao momento já foram confirmados 528,566 casos sendo que 5,741 acabaram por falecer (Reuters, 2022).

1.3.2 Violência e Criminalidade

A República Bolivariana da Venezuela é um dos países cuja taxa de criminalidade e homicídios é das mais altas no mundo, tendo tido um crescimento significativo desde 2014. É de referir que esta alta taxa é ainda mais preocupante, uma vez que o país não se encontra a viver qualquer tipo de guerra o conflito armado.

Quatro, dos diversos, motivos pelo crescimento exponencial da violência no território venezuelano, são os seguintes: homicídios que decorrem por resistência às autoridades, homicídios que acontecem por mão criminosa, homicídios sem motivo especificado e ainda homicídio presumível de pessoas desaparecidas, cujo cadáver não foi encontrado. De acordo com o Observatorio Venezolano de Violencia (OVV), uma organização não governamental, cerca de 11,081 pessoas morreram no país por razões de violência, o que representa uma taxa

de 40,9 mortes por cada cem mil habitantes. Sendo que deste número de mortes por violência, 2,332 foram homicídios cometidos pelas autoridades venezuelanas, 3,112 homicídios foram executados por criminosos, 4,003 mortes ocorreram por razões indeterminadas e 1,634 pessoas que se encontram desaparecidas e presumivelmente mortas (Observatorio Venezolano de Violencia, 2021).

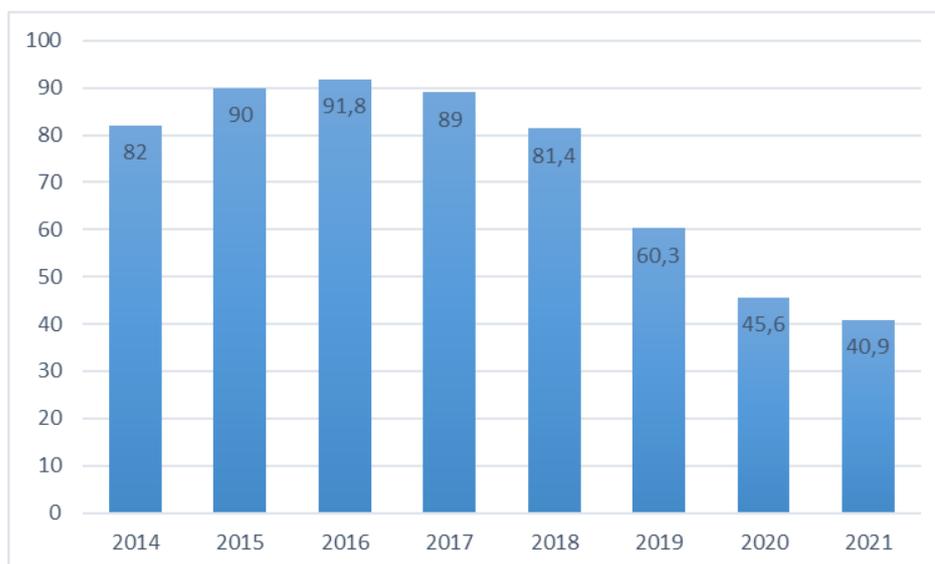
Desde 2018 que a taxa de mortes por violência no país vêm a decrescer. Em 2018 a taxa de morte por cada cem mil habitantes era de 81,4, isto significa que nesse ano morreram 23,047 pessoas, 7,523 dos quais foram mortos pela polícia venezuelana (Observatorio Venezolano de Violencia, 2018). Entre 2019 e 2020 o número de mortes causadas pela violência baixou consideravelmente, comparativamente a 2018. Em 2019 morreram 16,506 pessoas vítima de violência, e em 2020, 11,891 pessoas. Apesar da redução nas taxas não podem deixar de ser consideradas elevadíssimas.

O governo venezuelano tem sido responsabilizado pelo elevado número de mortes. Isto reflecte-se no aumento dos protestos e a insatisfação popular. A incapacidade do governo em controlar as manifestações dos cidadãos ou até mesmo a opinião dos opositores contra as suas políticas, contribuiu para o aumento da violência por parte das forças policiais. Muitos cidadãos são torturados, presos e até mortos pelas autoridades venezuelanas pelo simples facto de proferirem e demonstrarem a sua insatisfação contra o governo de Maduro. Os dados relativos aos homicídios por resistência às forças policiais são, por isso, também, bastante preocupantes, mostrando que muitos dos direitos humanos não estão a ser respeitados e que a polícia, a mando do próprio governo mata milhares de pessoas inocentes todos os anos só porque expressam a sua opinião.

A situação anteriormente descrita coloca-nos logo à partida uma questão, se a Venezuela não está envolvida em nenhum conflito armado como é possível que a taxa de violência seja uma das mais elevadas do mundo e quem são os principais alvos?

Relativamente à violência na Venezuela, podemos afirmar que a alta taxa de mortes no país deve-se a vários factores, entre os quais, a alta criminalidade e o abuso de poder por parte do governo e autoridades venezuelanos. E apesar de que mais recentemente, o número de homicídios parece ter diminuído (Gráfico 2, Tabela), as verdadeiras razões estão certamente associadas à pandemia e à grave crise económica e humanitária que o estado venezuelano enfrenta porque no meio da vaga migratória, muitos criminosos também foram obrigados a sair do país.

Gráfico 2- Taxa de homicídios na República Bolivariana da Venezuela entre 2014 e 2021*.



*por cada cem mil habitantes

Fonte: Dados do Observatorio Venezolano de Violencia

Gráfico elaborado pela autora

Tabela- Número de homicídios por resistência às autoridades venezuelanas, entre 2016 e 2021.

Ano	Número de homicídios
2016	5,281
2017	5,535
2018	7,523
2019	5,286
2020	4,231
2021	2,332

Fonte: Dados do Observatorio Venezolano de Violencia

Tabela realizada pela autora

Outro dos fatores que incidem no aumento das taxas de homicídios, como referimos atrás, é o abuso de poder por parte das autoridades venezuelana. Com efeito, o abuso de poder por parte das forças policiais e militares, e a violência que envolve muitos dos atos relatados

por parte da população, constitui uma das maiores preocupações a nível internacional. Em causa está o respeito pelos direitos humanos de todos os venezuelanos. Esta situação, que conta com o beneplácito do mesmo governo, coloca-nos a questão: quem vai proteger a estas pessoas de toda esta violência e quem vai garantir o respeito pelos seus direitos?.

Ao longo dos anos muitos têm sido os confrontos entre manifestantes, que reprovam as atitudes e decisões do governo de Maduro, e autoridades, que na sua maioria acabam em plena ‘batalha’ e com a morte de várias pessoas. Desde 2011 até 2020, já decorreram cerca de 86 mil protestos na República Bolivariana da Venezuela, de acordo com o Observatorio Venezolano de Conflictividad Social (OVCS), sendo que desde 2017 o número de protestos aumentou consideravelmente. Em 2017 decorreram 9,787 manifestações no território venezuelano, o que representou uma média de cerca de 816 protestos por mês, ou seja, um aumento de 41% comparativamente aos dados de 2016, ano em que ocorreram 6,917 manifestações no país (Observatorio Venezolano de Conflictividad Social, 2017).

Nos últimos anos, muitos são os relatos das barbaridades, ilegalidades, abusos e violação dos direitos humanos que as autoridades venezuelanas cometem contra os cidadãos do país. O ano de 2017 ficou marcado pela remoção dos direitos e poderes da Assembleia Nacional da Venezuela, por parte do governo de Nicolás Maduro, uma vez que esta era controlada pela oposição e também pela controvérsia das eleições para uma nova Assembleia Constituinte. Todas estas decisões que foram aprovadas e apoiadas por Nicolás Maduro, contribuíram para uma enorme contestação popular e pelos líderes da oposição.

As manifestações de 2017 ficaram marcadas pelos relatos de abuso de poder por parte das forças policiais venezuelanas, de acordo com o Foro Penal Venezolano, nesse ano foram detidos cerca de 5,517 cidadãos e torturadas ilegalmente 314 pessoas por razões políticas. Muitas pessoas nesse ano foram presas ilegalmente e sem qualquer tipo de razão e mandato, outras foram mesmo torturadas por se manifestarem contra o governo de Maduro e outras acabaram mesmo por morrer. “As forças de segurança atiraram contra os manifestantes à curta distância com munições de controle de distúrbios, atropelaram manifestantes, espancaram brutalmente pessoas que não demonstraram resistência e invadiram casas de pessoas suspeitosamente da oposição” (Human Rights Watch, 2017).

Em 2018 o número de manifestações voltou a subir, comparativamente aos dados de 2017, um aumento de cerca 30%, ocorreram 12715 de manifestações, na sua maioria contra o governo de Maduro (Observatorio Venezolano de Conflictividad Social, 2018). As

manifestações de 2018 eram sobretudo motivadas pela crise económica que o país já vinha a sofrer há vários anos e pela degradação dos direitos sociais, ambientes e culturais. Os manifestantes pediam melhores condições de vida nas áreas da saúde, alimentação e educação, setores que foram altamente afetados pela falta de financiamento por parte das organizações governamentais. Em 2018, a diretora da Amnistia Internacional das Américas, Erika Guevara-Rosas, revelou que a Venezuela estava a passar uma das maiores crises no que diz respeito aos direitos humanos, os crimes que já estavam a ocorrer contra a população, tratava-se de crimes de Direito Internacional. Erika Guevara-Rosas afirmou ainda que era preocupante ver que o governo de Maduro em vez de garantir a segurança e proteger os seus cidadãos, promovem políticas de violência para tentar legitimar o abuso de poder por parte das forças militares e policiais (Amnesty International, 2018).

Em 2019, a onda de protestos e violência contra a população atingiu um novo recorde, só nesse ano ocorreram 16,739 manifestações, o que dá uma média de 46 protestos diários na República Bolivariana da Venezuela (Observatorio Venezolano de Conflictividad Social, 2019). O aumento da violência que aconteceu em 2019 na República Bolivariana da Venezuela deveu-se às grandes manifestações, que começaram a 11 de janeiro, contra o regime de Nicolás Maduro e a sua recente vitória nas eleições. No decorrer do ano de 2019 foram presas cerca de 2,219 pessoas, por se oporem ao governo, 50 pessoas foram assassinadas por motivos políticos e foram presos 388 políticos e militares da oposição, de acordo com o Foro Penal Venezuelano.

No mês de janeiro de 2019, já havia registos de abusos de poder e força por parte das forças policiais e militares, dados que preocuparam as organizações de defesa dos direitos humanos uma vez que muitos cidadãos foram torturados e vítimas de violência sem qualquer tipo de razão. Na mesma data, a diretora da Amnistia Internacional das Américas, afirmou que os cidadãos venezuelanos estavam a ser alvo de graves violações de direitos humanos e que a resposta de Nicolás Maduro era inadmissível, uma vez que não procurou dialogar, provocou sim uma política de repressão e violência (Amnistia Internacional, 2019).

As manifestações de 2019 foram apoiadas e incentivadas pela oposição governamental, sendo que ainda neste mês, Juan Guaidó seguindo a lei venezuelana assumiu a presidência interina da República Bolivariana da Venezuela, acabando por ser apoiado pela maioria da população e países do mundo. Contudo, o que parecia tratar-se um fortalecimento da oposição, provocou uma crise política após o não reconhecimento de Juan Guaidó, como

presidente interino, por parte do Supremo Tribunal Venezuelano. O governo de Nicolás Maduro, inclusive, acusou o líder da oposição de ter perpetrado um golpe de estado.

As forças policiais venezuelanas têm sido acusadas de abuso de poder e de força nos recentes anos, especialmente as que são afetas ao governo de Maduro, como é o caso da Guarda Nacional Bolivariana (GNB), Forças de Ações Especiais (FAES), Polícia Nacional Bolivariana (PNB), entre outras. O aumento da violência e ilegalidades praticado pelas forças policiais, contra a população e comunidades indígenas, revela a falta de jurisdição e punição para com as autoridades, é muito raro ver profissionais das autoridades venezuelanas condenados pelos seus atos, muitos deles bárbaros. Entre as forças policiais venezuelanas, existe uma que se destaca, as Forças de Ações Especiais (FAES), fundada em 2016 pelo governo de Maduro, cujo objetivo, de acordo com o presidente, é proteger os cidadãos contra o crime. A FAES, é a força policial mais temida da República Bolivariana da Venezuela, é um grupo de “encapuzados e armados com fuzis, seus membros trajando uniformes negros, ornados com caveiras e sem identificações pessoais” (Olmo, 2019). Desde a sua criação a FAES já foi alvo de milhares de denúncias de violações de direitos e responsável pela morte de milhares de pessoas, a organização é vista como um símbolo de terror e repressão e como um espelho da governação de Nicolás Maduro.

Em 2019, a Alta-Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, publicou um relatório, o qual revelava que a situação da Venezuela era bastante grave e que o governo não tinha qualquer capacidade de resolver a crise multidimensional que afeta o país desde 2014. O relatório era um apelo ao governo de Maduro, para que este adotasse medidas necessárias para combater a crise económica, política, e social, pedindo ainda que este respeitasse os direitos humanos. De acordo com o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), em 2018, a FAES, alegadamente, teria assassinado cerca de 205 pessoas e 37 pessoas em janeiro de 2019, na cidade de Caracas. Segundo a ACNUDH estes homicídios decorreram de forma ilegal, desde invasões a casas e homicídios sem qualquer razão, porém a FAES, afirma que tais mortes ocorreram no decorrer de confronto armada, contudo muitos cidadãos revelam que na sua maioria a vítima não está armada (Bachelet, 2019).

Em 2020 e 2021, devido ao coronavírus, o número de manifestações desceu drasticamente, no primeiro ano de covid-19, ocorreram 9,633 protestos e em 2021 aconteceram 6,560 manifestações (Observatorio Venezolano de Conflictividad Social, 2022).

Nos últimos anos milhares de pessoas foram detidas, na sua maioria ilegalmente, e investigadas por razões políticas, muitas destas pessoas terão sido processadas, torturadas, ameaçadas, vítimas de violência sexual, física e psicologicamente e até mortas, pelas autoridades venezuelanas, contando sempre com o apoio do governo do país. Muitas das pessoas que são detidas são ainda julgadas, por norma num tribunal militar e criminal, sendo depois acusadas de conspiração e traição à pátria pelo simples facto de demonstrarem e opinarem contra o governo de Maduro, tais represálias por parte do governo venezuelano violam os direitos humanos e a liberdade dos cidadãos. Uma das ações em 2021 utilizadas pelo governo de Maduro para garantir o cumprimento da quarentena, foi utilizar as autoridades para controlar a população, o que resultou na detenção e casos de violência extrema de centenas de pessoas.

Uma das maiores ameaças ao governo de Maduro é a oposição, tanto política como militar, e ainda todos os cidadãos que questionem e se oponham ao governo do país, o principal maior alvo de represálias por parte das forças policiais e por parte do governo sempre foi a oposição, porém recentemente cidadãos sem qualquer ligação à oposição são vítimas de detenções e violência sem qualquer razão. O sistema judicial venezuelano é também ‘refém’ do governo, o seu objetivo principal deveria ser proteger e garantir os direitos da população, porém não é isso que ocorre atualmente.

O sistema judicial é utilizado pelo governo para garantir que a repressão e o medo prevalecem, os advogados e juízes ignoraram os abusos, tortura e violência praticada pelas autoridades venezuelanos, muitos colaboram com o governo uma vez que têm medo de sofrer represálias (Cumming-Bruce, 2021). O governo venezuelano ao adotar todas estas políticas pro violência policial e controlo do sistema judicial, controla a população do país, uma vez que estes dependem do funcionamento do mesmo para sobreviver, contudo tais ações violam os direitos humanos dos cidadãos.

Desde a sua chegada ao governo, Nicolás Maduro, tem procurado maneiras de controlar todas as instituições e população da República Bolivariana da Venezuela, ao longo dos últimos anos foram criados métodos e programas, cujo objetivo é restringir a liberdade e garantir o controlo dos cidadãos. É neste contexto que é criado o Carnet de la Patria, em 2016, um cartão de identificação, que por sua vez também esta conectado a um sistema de pagamentos automáticos. Este cartão é obrigatório para que a população tenha direito e acesso a vários programas sociais que ajudam na aquisição de produtos alimentares, medicamentos,

combustível e também serve para facilitar questões como empréstimos para estudantes e moradias, emprego, pagamentos das pensões, entre outros. Porém para ter acesso a todos estes benefícios, o cidadão tem de se filiar ao Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), sendo que recentemente existem cada vez mais provas que este cartão de identificação também serve para controlar a população e influenciar o seu voto nas eleições de 2017 (Smolansky *et al.*, 2019).

Outro dos exemplos que revela a censura, o controlo e repressão que se vive no país é o que está a ocorrer com a Comunicação Social venezuelana. O governo venezuelano controla todos os meios de comunicação, mesmo os que são privados, uma vez que podem suspender a licença ou limitar o acesso de qualquer empresa de comunicação que se oponha contra o governo ou não partilhe dos mesmos princípios que o estado venezuelano. Os media venezuelanos são alvo de censura, muitos jornalistas já foram inclusive ameaçados e vítimas de violência por parte das autoridades venezuelanas. Um dos exemplos mais expressivos desta censura à Comunicação Social foi o que correu em 2019, quando o governo de Maduro retirou a CNN e a BBC e a Radio Caracas do ar no país (Human Rights Watch, 2020a).

A propagação de notícias pro Maduro ocorre através da internet, nomeadamente nos sites do governo e redes sociais, e também através dos canais televisivos nacionais e rádios. Porém as informações publicadas pelo Estado venezuelano são muitas vezes falsas e com o objetivo de manchar a imagem da oposição e realçar o papel relevante do governo. A liberdade de expressão e a liberdade de imprensa não são uma realidade na Venezuela, os jornalistas, produtores, locutores de rádio, entre outros profissionais da imprensa, que promovem a liberdade e se opõem ao governo vivem em constante receio e terror.

Em suma, A violência, a repressão, impunidade e censura têm sido instrumentalizados, de forma eficaz, pelo governo de Nicolás Maduro para silenciar à população e a oposição. Os números e relatos aqui apresentados assim o demonstram.

2- A Crise Migratória Venezuelana

A saída em massa de venezuelanos é uma clara expressão da crise humanitária que atravessa o país. É neste contexto que este estudo é desenvolvido e deve ser situado.

Em 2020, de acordo com o relatório da United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), Global Trends - Forced Displacement in 2020, já existiam 82,4 milhões de pessoas que foram forçadas a abandonar o seu país. As maiores razões pelas quais milhões de cidadãos deixam o seu país, são, questões políticas, conflito armado, violação dos direitos humanos, violência e também mais recentemente devido aos efeitos das alterações climáticas. Das 82,4 milhões de pessoas que abandonaram os seus países até 2021, atualmente cerca de 6 milhões são venezuelanas.

A crise humanitária e económica que afeta o país há vários anos gerou um grande fluxo de migração forçada. Desde 2014, milhões de pessoas abandonaram a República Bolivariana da Venezuela em busca de melhores condições de vida, atualmente este país é o segundo do mundo com o maior número de pessoas deslocadas forçosamente, atualmente já são 4 milhões com este estatuto (UNHCR, 2021). A crise migratória que têm vindo a afetar o país sul-americano teve consequências negativas, especialmente para os países de destino e também para os próprios migrantes, expondo-se à situações de pobreza, discriminação, e podendo ser alvos de atos criminosos, como o tráfico humano. Os problemas que existem naquele país estão longe de serem eficazmente resolvidos, tendo a situação piorado desde 2020, após o aparecimento da Covid-19.

2.1 Razões da Saída Forçosa

Na década de 1970, a República Bolivariana da Venezuela era considerado um dos países mais prósperos da América do Sul, mas desde então enfrentou várias crises económicas e políticas que dificultaram o seu crescimento económico e influencia mundial. Desde 2013, este país encontra-se numa profunda crise económica que se alastrou para os outros sectores, político e social. Atualmente cerca de 6 milhões de venezuelanos foram forçadas a abandonar o país devido à falta de condições, às políticas de violência promovidas por Nicolás Maduro e ainda devido à crise económica que provocou uma crise alimentar.

Este país em tempos da América do Sul foi visto por muitos como o país das oportunidades, devido ao enorme crescimento económico e a riqueza de recursos, especialmente na área petrolífera (Ramírez, 2018). Entre os anos 20 e 80, do século passado, a

Venezuela recebeu milhares de migrantes provenientes de vários pontos do globo, cujo objetivo era criar riqueza e conseguir melhores condições de vida para si e para a sua família, porém atualmente muitos acabaram por abandonar o país devido à falta de condições que o país apresenta, a violência e também, como vimos, devido às políticas adotadas pelo governo.

Nicolás Maduro chegou ao poder em 2013 e desde então os problemas que o país enfrentava agravaram-se e provocaram o aparecimento de outros. Antes da chegada de Maduro ao poder, já se verificava um acentuado declínio no crescimento económico, que começara na década de 1980, através da desvalorização do bolívar, moeda oficial do país. Desde então o país tem vindo a enfrentar uma crise multidimensional, que começou em 2013, como se verifica quando olhamos para o sector saúde, por diversas causas, como a má gestão e falta de financiamento por parte do governo de Maduro.

A situação da insatisfação social perante as políticas adotadas pelo governo de Maduro cresceu substancialmente, especialmente após as eleições de 2018: por ano existem centenas de protestos contra as políticas implementadas pelo atual governo. Outras questões como a tortura, violência policial e não policial, detenções arbitrárias, buscas sem mandato, desaparecimento de pessoas, abuso de poder e a repressão aumentaram exponencialmente, especialmente desde 2013.

A crise com múltiplas dimensões que têm vindo a afetar a República Bolivariana da Venezuela contribuiu para um aumento do fluxo migratório. A migração forçada venezuelana é atualmente a segunda maior do mundo, ficando apenas atrás da Síria, que se encontra em conflito armado há diversos anos.¹⁴

O fenómeno migratório venezuelano não é recente, de acordo com o relatório da Mixed Migration Centre, publicado em 2019, o fluxo migratório venezuelano pode ser dividido em três fases distintas:

A primeira fase migratória iniciou-se entre 2005 e 2006, durante este período quem emigrava eram sobretudo empresários e cidadãos com alto nível de escolaridade e pessoas com grandes recursos financeiros (Testa, 2019). Na altura as razões do abandono eram sobretudo em relação ao impacto negativo, que a situação económica e política do país teria nas suas carreiras e negócios (Testa, 2019).

¹⁴ De realçar que esta informação não incluiu os dados mais recentes, uma vez que a dissertação se centra entre 2014 e 2021, a guerra da Ucrânia que se iniciara em 2022 não será mencionada assim como os seus dados no que diz respeito à migração.

Em 2016/2017 iniciou-se a segunda fase da migração venezuelana, quando milhares de pessoas da classe média, principalmente os jovens, abandonaram o país, como consequência da crise económica, nesta altura também saíram do país muitos dos opositores políticos e ativistas de direitos humanos (Testa, 2019). O principal objetivo dos migrantes venezuelanos nesta altura era encontrar melhores oportunidades de emprego, contudo muitos foram obrigados a aceitar empregos abaixo das suas qualificações devido à pouca oferta ou à falta de equivalências, especialmente no campo da saúde (Testa, 2019).

A terceira fase migratória, iniciou-se entre 2017 e 2018 e foi impulsionada pela profunda crise económica em que o país se encontra há vários anos, tendo vindo a alastrar-se para outros setores. Inicialmente os cidadãos que abandonavam o país eram sobretudo empresários e com um nível de escolaridade alto, porém recentemente os cidadãos que são forçados a emigrar, caracterizam-se pela falta de escolaridade e poucos recursos monetário (Testa, 2019).

Atualmente a nova vaga de migrantes venezuelanos sai não só com o objetivo de ter acesso a novas oportunidades, saem com o propósito de ter acesso à hospitais e centros de saúde, medicamentos, alimentos e escolas, os venezuelanos querem melhores condições de vida para as suas famílias e sentirem-se seguros. Porém devido à falta de controlo, especialmente nas fronteiras, muitos venezuelanos saem ilegalmente do país, esta situação cria outros problemas, uma vez que muitos dos migrantes ‘ilegais’ acabam por ser explorados ou vítimas de tráfico humano.

Em 2021, o fluxo migratório venezuelano era o segundo maior do mundo: de acordo com a UNHCR, já existem 6 milhões de migrantes e refugiados venezuelanos, porém apenas 186,800 têm o estatuto de refugiados.

Em 1951 na Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, o termo ‘refugiado’ foi definido como,

...(2) Que, em consequência de acontecimentos ocorridos antes de 1 de Janeiro de 1951, e receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a protecção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar. (Ministério Público Portugal, 1960).

No contexto da crise migratória venezuelana, organizações como a ACNUR apelou à comunidade internacional, que reconhecesse os venezuelanos como refugiados com base nos

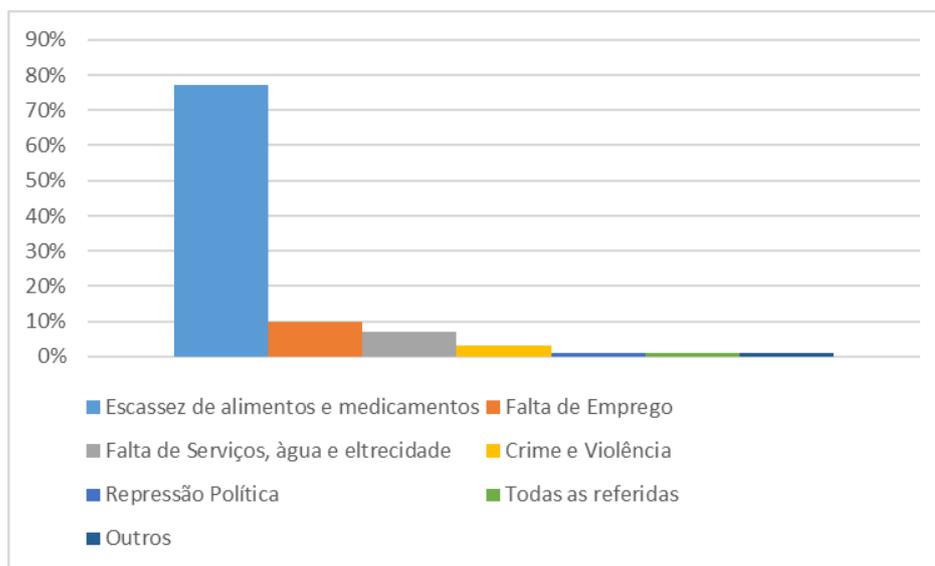
princípios da Declaração de Cartagena de 1984. Esta declaração fora assinada pela maior parte dos países latino-americanos, e afirmava que

...a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública. (Declaração de Cartagena, 1984).

Os refugiados em muitas ocasiões enfrentam diversos obstáculos políticos e sociais devido ao seu estatuto, para além das dificuldades económicas. Os refugiados e migrantes são muitas vezes vistos pela população como culpados do desemprego e estigmatizados (UNHCR, 2022) . No entanto não é só no país de destino que são vítimas de preconceito, devido ao estatuto de refugiado, muitos cidadãos venezuelanos estão atualmente impedidos de voltar ao seu país, uma vez que são considerados “traidores à Pátria”.

No início do fluxo migratório a maioria dos países de destino procuraram criar programas cujo objetivo era ajudar os migrantes venezuelanos, porém devido ao aumento da migração, muitos dos países já não conseguem garantir tantos apoios e programas, devido à falta de financiamento. Outra questão que dificulta a garantia de direitos e serviços aos migrantes é a falta de documentação ou vistos. A falta de controlo nas fronteiras devido à grande afluência, provoca a entrada de migrantes sem documentação, o que provoca outro problema no que diz respeito aos direitos humanos e acesso a emprego e serviços. Estes migrantes e refugiados apenas querem um emprego, uma casa, melhores condições de vida, uma oportunidade que os ajude a melhorar a sua vida e a das suas famílias.

Gráfico 3- Principais motivos de saída da República Bolivariana da Venezuela em 2019.



Fonte: Dados retirados do artigo La Experiencia de los Refugiados Venezolanos en Colombia y Perú.

Gráfico elaborado pela autora

2.2 Principais destinos e dificuldades à saída e à chegada dos migrantes venezuelanos

Desde 2014, como exposto no capítulo e subcapítulos anteriores, a República Bolivariana da Venezuela tem vindo a enfrentar vários desafios, como a crise económica, a falência do sistema de saúde, a falta de alimentos, hiperinflação e más políticas governamentais, uma crise com uma profunda dimensão humanitária, todas estas situações contribuíram para um dos maiores fluxos migratórios da actualidade. Milhões de pessoas foram forçadas a abandonar o território venezuelano para sobreviver, porém tal fluxo migratório enfrenta vários desafios e provoca efeitos nos países de destino. Inicialmente os países de acolhimento, maioritariamente da América do Sul, criaram diversos programas e apoios para os migrantes e refugiados, cujo objetivo era garantir alimentação, segurança, saúde e casa ou lugar em centros de acolhimento. Porém, recentemente devido ao grande fluxo migratório venezuelano, alguns países já não facilitam a entrada dos mesmos, havendo nalguns casos, inclusive, relatos de violência e xenofobia para com os migrantes e refugiados venezuelanos (Broner, *et al*, 2018b).

O grande fluxo migratório venezuelano provocou o caos, particularmente nas fronteiras terrestres da Venezuela com a Colômbia e o Brasil, devido a grande afluência a

estes países que não conseguem controlar as entradas dos migrantes venezuelanos. Devido ao grande número de migrantes é bastante difícil para os países de destino, regular quem entra por via terrestre no país, os processos de visto, os pedidos de asilo ou de estatuto de refugiado, processos que necessitam de tempo e dinheiro que infelizmente é algo que os venezuelanos na sua maioria não possuem. Ao entrarem noutro país os migrantes venezuelanos necessitam de preencher um formulário cujo objetivo é garantir os direitos e normas que protegem os imigrantes, porém para o preenchimento do mesmo é necessário a apresentação de documentos de identificação (Broner, *et al*, 2018b), algo que muitos não possuem. A falta de documentos oficiais e obrigatoriedade de apresentação dos mesmo em caso de migração, contribuiu para o crescimento da produção e da procura de documentos falsificados no mercado negro.

A crise que vive a República Bolivariana da Venezuela provocou um grande fluxo migratório forçado, contribuindo para a criação de novas rotas e passagens, na sua maioria ilegais ou irregulares que permitem a entrada de venezuelanos em países que partilham fronteira com o território venezuelano. Conhecidos como *caminantes*¹⁵, estes migrantes e refugiados venezuelanos abandonam o seu país a pé, enfrentando diversos obstáculos e adversidades percorrendo vários quilómetros diariamente com as suas famílias. Os *caminantes*, andam em média 16 horas por dia durante 13 dias, de acordo com um estudo realizado pela Oficina de Coordinación de Asuntos Humanitarios (OCHA) (Broner, 2018a), e na sua maioria, abandonam o seu país em busca de uma nova vida e também de medicamentos e alimentos. O problema que surge, porém, é que os *caminantes* ficam expostos a diversas situações que comprometem a sua segurança, como, risco de extorsão, violência física e sexual, falta de acesso a alimentos e medicamentos e ainda risco de exploração ou tráfico humano (Acasp, 2021, pp.4-11). Para além de todos os obstáculos e adversidades que enfrentam como a falta de segurança e o facto de percorrerem caminhos e passagens muitas delas irregulares e perigosas devido à falta de documentação, os migrantes e refugiados têm ainda de enfrentar grupos armados que operam nas fronteiras (Human Rights Watch, 2020b).

Em 2015, o governo de Nicolás Maduro encerrou diversas zonas da fronteira com Colômbia, com a escusa de travar o narcotráfico, contrabando e grupos paramilitares. Maduro chegou mesmo a afirmar que “Vamos caçar paramilitares até debaixo das pedras”

¹⁵ *Caminantes*, termo criado em 2018 como referência aos migrantes e refugiados que abandonam o seu país, fazendo a sua viagem toda ou em parte a pé.

acrescentando ainda que “Vou fazer medidas estruturais e radicais, e nada nem ninguém me vai deter” (Gutierrez, 2015). Desde o encerramento das fronteiras, cerca de 300 mil colombianos abandonaram a República Bolivariana da Venezuela, muitos deles forçosamente, porém apesar de estar encerrada há diversos anos a fronteira entre os dois países é a principal forma de saída de milhões de venezuelanos (Mantilla, 2019). A fiscalização e encerramento fronteiriço com a Colômbia por parte do governo venezuelano também tinha como propósito conter a migração, contudo teve o efeito contrário, provocando um crescimento de migração irregular e da criminalidade fronteiriça entre os dois países. As medidas promovidas pelo governo de Maduro contribuíram para o fortalecimento e crescimento de gangues, guerrilheiros e ex-membros de organizações terroristas, tanto venezuelanos como colombianos que se aproveitam das fragilidades e desespero dos migrantes para os enganar, traficar e explorar.

Centenas de migrantes e refugiados venezuelanos atravessam diariamente caminhos ilegais, também designados como trilhos ou trochas, com o objetivo de entrar noutro país, porém muitos destes caminhos são controlados por gangues ou grupos com atividades ilegais. Controlar uma trocha ou trilho é bastante lucrativo, ainda mais do que o narcotráfico, os contrabandistas e gangues atraem os migrantes garantindo-lhes a entrada no país de destino, casa e trabalho, se pagarem uma quantia entre os 80 e os 100 dólares (Ebus, 2018). Alguns dos mais perigosos e influentes grupos armados que atuam na fronteira entre a Colômbia e a Venezuela são, o Ejército Popular de Liberación, (EPL)¹⁶, ex-membros das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia-Ejército del Pueblo, (FARC-EP)¹⁷ e ainda as Fuerzas Patrióticas de Liberación Nacional, (FPLN)¹⁸. Os grupos armados que controlam os trilhos irregulares caracterizam-se pela forma violenta e opressiva como atuam, sendo que em caso de dívida monetária, obrigam os migrantes, especialmente as mulheres e raparigas jovens a serem exploradas, por norma sexualmente, e as crianças são por norma recrutadas por tais organizações ilegais para contrabando (Ebus, 2018). A situação fronteiriça entre a Colômbia

¹⁶ Ejército de Liberación Nacional (ELN), fora fundado em 1964 na Colômbia por Fabio Vásquez Castaño. A principal inspiração para a sua criação fora a Revolução de Cuba, 1953-1959. É considerada uma organização guerrilheira com ideais comunistas e político-militar.

¹⁷ Operacional desde 1964 a 2016, as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia-Ejército del Pueblo (FARC-EP), foram uma organização guerrilheira de extrema-esquerda. As suas ideologias baseavam-se no marxismo-leninismo. Em 2016 a organização dissolveu-se após assinar um acordo de paz. Em 2017 organizou o partido político Fuerza Alternativa Revolucionaria del Común.

¹⁸ Em 1952, as Fuerzas Patrióticas de Liberación Nacional (FPLN) iniciaram as suas operações. Esta organização guerrilheira venezuelana tinha como objetivo combater as políticas até então praticadas através das ideias de esquerda e do bolivarianismo.

e a República Bolivariana da Venezuela é dramática e tem vindo a agravar-se ao longo dos anos.

As organizações guerrilheiras que atuam nas fronteiras são responsáveis por diversos abusos e violação de direitos humanos, como assassinatos, violações, trabalho forçado e ainda recrutamento de crianças para atividades ilegais. Um espelho desta realidade é o que acontece em Arauca e Apure, onde de acordo com o Diretor da Divisão das Américas da Human Rights Watch, José Miguel Vivanco, os residentes destas províncias vivem em constante medo, uma vez que estas organizações armadas impõem as suas regras e punem todos que lhes desobedeçam (Human Rights Watch, 2020b). José Miguel Vivanco afirmou ainda que os grupos não eram punidos em nenhum lado das fronteiras e em especial no caso dos grupos venezuelanos, estes agiam com o apoio das forças de segurança e autoridades do país (Human Rights Watch, 2020b). Ao controlarem os caminhos irregulares e as províncias entre as fronteiras os grupos armados têm como objetivo explorar e extorquir os residentes destas comunidades e os migrantes e refugiados venezuelanos que se deslocam para aquelas zonas.

A falta de fiscalização e segurança nas fronteiras, provoca um aumento de casos de tráfico humano devido a falta de legislação e de proteção para com os migrantes venezuelanos. Os migrantes têm de recorrer a caminhos irregulares e grupos armados para sair do território venezuelano e entrar no país de destino, no entanto estes apenas os querem extorquir.

Acabar com o tráfico é um dos principais objetivos dos estados e das organizações mundiais. O tráfico é uma das maiores violações dos direitos humanos, porém travar o seu crescimento e acabar com esta bárbara indústria é bastante complicado. Os migrantes e *caminantes* irregulares são os principais alvos das organizações clandestinas cuja principal indústria é a exploração e tráfico humano. A falta de documentação e apoios por parte dos países recetores para com os migrantes irregulares, cria um ambiente benéfico para o abuso por parte das organizações clandestinas e grupos armados. Os migrantes devido ao medo de sofrer represálias e de serem punidos, na sua maior parte não denunciam os abusos de que são alvo (International Crisis Group, 2022).

Os migrantes e refugiados venezuelanos estão expostos aos mais diversos riscos e obstáculos desde o momento em que são forçados a sair do seu país em busca de melhores condições de vida até a momento em que chegam ao seu país de destino. Apesar da proximidade geográfica e semelhanças linguísticas, muitos venezuelanos são alvo de práticas

xenófobas e discriminatórias por parte das populações, incluindo por parte de membros das autoridades (Human Rights Watch, 2018). As populações dos países de destino culpam os migrantes e refugiados venezuelanos pelo aumento das taxas de violência a ainda de lhes tiraram os empregos (Human Rights Watch, 2018).

A pandemia causada pela Covid-19 no início de 2020, obrigou ao encerramento do espaço aéreo, isolamento obrigatório e ainda ao encerramento de muitas fronteiras ou em alguns casos forte policiamento e bastantes restrições. Desde 2015 e até 2022, existiu um conflito político entre a República Bolivariana da Venezuela e a Colômbia, que resultou no encerramento da maioria das fronteiras entre os dois países e originou o aparecimento de novas passagens irregulares, porém as fronteiras que ainda estão ativas são pontos de saída para milhões de venezuelanos (Agência Lusa, 2015). A crise económica que afeta o país forçou a saída em massa da população, porém durante a Covid-19 por motivos de segurança, todas as fronteiras terrestres da República Bolivariana da Venezuela foram encerradas assim como todos os aeroportos tanto a nível nacional como internacional. A expansão da Covid-19 pôs a prova os estados, especialmente as suas economias, porém no caso do território venezuelano as dificuldades no combate ao vírus eram bastante evidentes devido à crise multidimensional que afeta o país há diversos anos.

O encerramento das fronteiras entre a Colômbia e o território venezuelano contrariamente ao que se previa não teve só impactos negativos. Com o aparecimento de uma nova ameaça global, os dois países foram ‘obrigados’ a cooperar para combater a crise humanitária e dar luta à pandemia, de notar que desde 2015, os dois países se encontravam num conflito político (International Crisis Group, 2020).

As fronteiras terrestres são o meio mais utilizado pelos migrantes e refugiados venezuelanos para abandonarem o seu país ou para irem à busca de alimentos, ter acesso aos serviços de saúde e medicação. Devido à proximidade geográfica e falta de recursos monetários os principais destinos dos venezuelanos são a Colômbia e o Brasil. Outros países, como o Peru, Equador, Chile e Argentina apesar de não partilharem fronteira com República Bolivariana da Venezuela, receberam milhares de imigrantes venezuelanos nos últimos anos. Atualmente de acordo com a Inter-Agency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela existem aproximadamente mais de 6 milhões de migrantes e refugiados do país no mundo.

De seguida, e como exemplo daquilo que se passa, iremos ver mais de perto a situação nos casos da Colômbia e do Peru, os dois estados do mundo que têm recebido mais venezuelanos.

Mapa- Número de migrantes e refugiados venezuelanos na América Central e na América do Sul em julho de 2022



Fonte: Mapa retirado da Inter-Agency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela

2.2.1 Colômbia

A Colômbia é o país que mais recebeu migrantes e refugiados provenientes da República Bolivariana da Venezuela, cerca de 1.84 milhões de venezuelanos viviam no país colombiano em Dezembro de 2021 (R4Va). A maior razão do grande número de migrantes venezuelanos na Colômbia deve-se à proximidade geográfica, porém de salientar que a Colômbia serve ainda de ponte para entrada em países como o Equador, Peru, Argentina, Panamá e o Chile. O país colombiano apesar de não ter as infraestruturas e recursos necessários para dar resposta à imigração em massa dos venezuelanos, procurou legalizar muitos dos migrantes, em agosto de 2020 cerca de 766 mil venezuelanos já tinham estatuto legal (Wolfe, 2021). No início da crise migratória, a maioria dos migrantes venezuelanos eram da classe alta, porém atualmente a maioria dos refugiados e migrantes são da classe média ou baixa, cujo objetivo da saída é encontrar mais oportunidades e melhor nível de vida (Ramírez, 2018).

A crise migratória venezuelana criou diversos obstáculos e problemas para os países de acolhimento ou destino, pelo que os países de acolhimento tiveram que agir rapidamente e de forma eficaz. O governo colombiano não foi uma exceção, e criou um plano de resposta aos fluxos migratórios, identificando as necessidades humanitárias e objetivos estratégicos, bem como uma estratégia de resposta, incluindo planos setoriais (Ramírez, 2018). Ainda neste contexto o governo colombiano sugeriu a criação de um fundo humanitário para lidar com o êxodo (Ramírez, 2018). Sendo a Colômbia um dos países que mais recebe e acolhe venezuelano foi necessário implementar diversas medidas para garantir a segurança, acesso a educação e saúde e integração dos venezuelanos que se encontram no país.

O governo colombiano criou e implementou medidas específicas para os migrantes e refugiados, uma dessas medidas foi a emissão de Tarjetas de Movilidad Fronteriza (TFM), com o propósito de facilitar a circulação nas zonas fronteiriças entre a Colômbia e a República Bolivariana da Venezuela (Gobierno de Colombia, 2022). Em 2017, o diretor de Migrações da Colômbia, Christian Krüger afirmou que “Concebemos este documento como um meio para facilitar a mobilidade na fronteira sem descuidar a segurança” (Agência Lusa, 2017). Em 2017, ainda no plano de medidas migratórias, foi criado o Permiso Especial de Permanencia (PEP). O PEP é um documento destinado aos migrantes venezuelanos que têm estatuto legal que lhes permite acesso à saúde, trabalho e educação durante um período de dois anos, podendo ser renovado (Gobierno de Colombia, 2022). O governo colombiano para facilitar o acesso ao trabalho e travar o trabalho ilegal dos migrantes irregulares ou ilegais, criou o Permiso Especial de Permanencia para el Fomento de la Formalización (PEPFF)¹⁹ (Gobierno de Colombia, 2022).

Apesar de todos os esforços e medidas governamentais para com os migrantes e refugiados venezuelanos, o estado colombiano ainda encontra bastantes obstáculos e dificuldades em dar resposta às necessidades dos venezuelanos. De acordo com a Interagency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela, em 2021 cerca de 56,4% dos venezuelanos que viviam na Colômbia encontra-se em situação irregular (R4V, 2021). A situação de irregularidade expõe os migrantes venezuelanos a situações de risco, como tráfico humano, exploração sexual e recrutamento de crianças para contrabando e grupos armados,

¹⁹ O Permiso Especial de Permanencia para el Fomento de la Formalización (PEPFF) é uma permissão de trabalho destinada aos migrantes venezuelanos que se encontram de forma irregular na Colômbia. Este documento permite-lhes acesso a empregos de forma legal ou regular. Porém contrariamente ao Permiso Especial de Permanencia (PEP), esta permissão tem de ser pedida pelo empregador e não pelo migrante venezuelano.

são alguns dos muitos riscos que os migrantes correm. A falta de documentação por parte dos refugiados e migrantes venezuelanos dificulta o acesso a serviços básicos e oportunidades de emprego, o que conseqüentemente deteriora as suas condições de vida.

A pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, criou bastantes obstáculos e dificuldades a todos os estados, pondo à prova todos os governos. No caso colombiano, o isolamento obrigatório, o encerramento de todos os serviços, lojas, empresas, aeroportos e fronteiras, à exceção das instituições de saúde, deteriorou a situação dos migrantes e refugiados venezuelanos naquele país. A perda de emprego e salário tanto no emprego formal como informal, diminui a capacidade de os venezuelanos acederem a bens e serviços essenciais, como alimentos, saúde e educação (R4V, 2021).

Perante a situação atrás descrita, em 2021, e como forma de facilitar a situação dos migrantes irregulares, o então presidente colombiano Iván Duque Márquez, anunciou a criação do Estatuto Temporal de Protección para Migrantes Venezolanos (ETPV). Este novo estatuto de proteção temporária é válido durante 10 anos, e o principal objetivo visa a regularização dos migrantes indocumentados que se encontram no país e facilitar o acesso aos serviços de saúde, educação e oportunidade de emprego (UNHCR, 2021).

2.2.2 Peru

A crise da República Bolivariana da Venezuela provocou a saída forçada de milhões de venezuelanos do país, apesar de muitos se terem deslocado para os países mais perto geograficamente, Colômbia, Brasil e Guiana, o Peru foi o segundo país que mais recebeu migrantes e refugiados venezuelanos. De acordo com os dados fornecidos pela Inter-Agency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela (Mapa), cerca de 1,29 milhões de venezuelanos encontravam-se viver no Peru em julho de 2022. Apesar de não partilhar a fronteira com o território venezuelano o Peru era visto como um refúgio para milhões de migrantes e refugiados, especialmente devido às suas políticas de ajuda e acolhimento. Muitos dos migrantes e refugiados devido à falta de condições monetárias andam a pé durante dias desde a República Bolivariana da Venezuela até ao Peru. Passam dias, semanas sem dormir e comer com o propósito de chegarem o mais depressa possível e evitarem serem enganados e extorquidos pelos grupos armados que se encontram junto as fronteiras, especialmente da Colômbia-Venezuela. Assim foi confirmado pelo testemunho de Gerardo, pai venezuelano, no Peru (UNHCR, 2022): “Levamos mais de sete dias para chegar

ao Peru. Não tínhamos nada para comer no final. Nós tentamos guardar tudo que podíamos para nosso filho, mas ele também ficou mais de 24 horas sem comer. Ele tem apenas três anos”.

Inicialmente os venezuelanos podiam entrar no país peruano com o seu cartão de identidade e solicitando uma autorização de trabalho, Permiso Temporal de Permanencia (PTP). O PTP permitia-lhes acesso a trabalho durante um ano, podendo ser possível solicitar uma extensão da autorização, contudo de referir que este documento só pode ser solicitado por migrantes venezuelanos legais e sem antecedentes criminais (Estado Peruano, 2022), de salientar que este documento em 2019 foi inabilitado. A autorização de trabalho PTP, permitiu que os venezuelanos tivessem acesso a remunerações mais consistentes, porém em 2019, 28% dos venezuelanos no Peru sobreviviam e trabalhavam na chamada economia informal, que nem sempre lhes garante um rendimento estável (Felerstein e Winfield 2019).

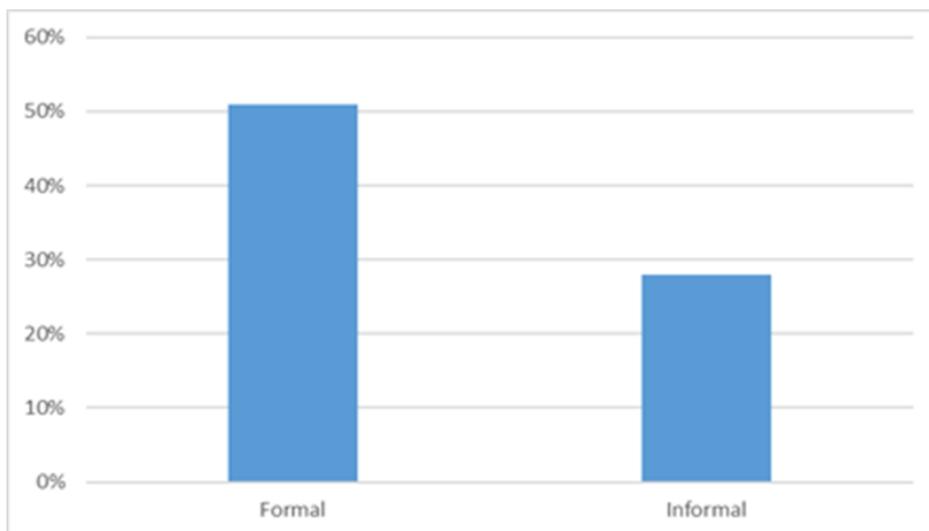
Os países recetores de migrantes enfrentam diversos obstáculos como garantir abrigo, segurança alimentação, água, saneamento, acesso a saúde e educação (R4V,2020). O governo peruano no sentido de facilitar a integração dos migrantes e devido ao abandono escolar por parte dos mais jovens procurou criar diversos programas cujo objetivo é garantir uma integração por completo e combater qualquer forma de discriminação. Entre esses programas, podemos destacar o programa Lima Aprende, criado em 2019 pelo governo peruano juntamente com o Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados com o objetivo de combater o abandono escolar por parte das crianças e jovens migrantes. No primeiro ano de implementação do programa, mais de 70% das crianças eram de nacionalidade venezuelana (UNHCR, 2019). Apesar dos esforços do governo do Peru, os migrantes e refugiados venezuelanos ainda se deparam com bastantes obstáculos, especialmente na área do emprego, muitos advogados e médicos não podem exercer no país devido à falta de certificação e equivalência (R4V,2021). A falta de documentação e vistos por parte dos migrantes e refugiados criam outras questões como situações de trabalho irregular, sem benefícios, com baixas remunerações e sem acesso aos serviços de saúde.

Em 2020, com a pandemia, as necessidades dos migrantes aumentaram devido ao encerramento de empresas e isolamento obrigatório, de acordo com o relatório do Banco Mundial de julho de 2020, a taxa de pobreza dos refugiados e migrantes venezuelanos aumentou de 18% para 54%. A falta de visto ou passaporte ou cartão de identificação impede que estes possam entrar regularmente o que implica que muitas vezes tenham de pagar a

alguém para entrar no país peruano, o que cria outras questões como risco de exploração abuso ou mesmo tráfico. A falta de regulamentação nas fronteiras dificulta o trabalho das organizações mundiais e mesmo do governo uma vez que não podem ajudar os migrantes e refugiados venezuelanos em risco uma vez que não sabem que eles se encontram no país peruano.

O governo peruano ao longo dos anos implementou diversas medidas para facilitar o acesso a serviços essenciais, como a saúde e educação, com a pandemia, a situação deteriorou-se pelo que foi necessário criar planos. É neste sentido que em 2021, o governo peruano cria o Carné de Permiso Temporal de Permanencia (CPP), cujo propósito é regularizar a situação migratória de todos os imigrantes do país. O CPP, é um documento que permite o acesso ao emprego, saúde e educação, tendo o prazo de um ano (UNHCR, 2021).

Gráfico 4- Percentagem de migrantes venezuelanos empregados na economia formal e informal em 2019.



Fonte: Dados retirados do La Experiencia de los Refugiados Venezolanos en Colombia y Perú.

Gráfico elaborado pela autora

3- Estudo de Caso: Os Imigrantes Venezuelanos em Portugal

A crise multidimensional venezuelana provocou um grande fluxo migratório, sendo que milhões de venezuelanos foram forçados a abandonar o seu país para sobreviverem. Os principais destinos dos migrantes e refugiados venezuelanos são sobretudo os países mais próximos geograficamente, como a Colômbia, Brasil, Peru, porém Portugal viu o seu número de migrantes venezuelanos a triplicar num espaço de cinco anos. A falta de acesso aos serviços de saúde, falhas na energia e falta de água potável, assim como a subida dos preços devido a alta taxa de inflação, tornou-se impossível para muitos portugueses, lusodescendentes e venezuelanos viver na República Bolivariana. Estima-se que desde 2015 e até 2018, entre 5 mil a 10 mil portugueses tenham regressado ao seu país de nascimento. (Lusa, 2019).

Como vimos no capítulo anterior, os migrantes venezuelanos têm enfrentado grandes dificuldades e numerosos obstáculos no seu trajeto em busca de uma vida melhor e mais oportunidades. Os destinos mais procurados têm sido, especialmente, os países da vizinhança mais próxima, mas há os que preferem vir para o continente europeu na expectativa de encontrar aqui, outras e mais oportunidades. Portugal, entre esses destinos, escolhido por muitos migrantes venezuelanos e luso-descendentes, por várias razões que vamos a expor mais adiante.

Para este capítulo, e perante a necessidade de explorar uma situação ainda não bem definida, foi realizado um estudo de caso. Esta estratégia de investigação poderá ajudar-nos a descrever o fenómeno dentro de seu contexto, e definir hipóteses ou proposições que possam vir a servir para futuras investigações. Com efeito, a recente vaga migratória de venezuelanos em Portugal e as suas circunstâncias e motivos, não têm sido suficientemente estudados, muito em parte devido à falta de informação, e o pouco interesse e visibilidade que este assunto tem tido por parte dos media portugueses. Propomo-nos, por isso, através da realização de um questionário dirigido à imigrantes venezuelanos e luso-venezuelanos que vivem atualmente no território português, obter algumas respostas.

Este inquérito foi publicado e partilhado nas redes sociais virtuais, nomeadamente no Facebook. É importante referir também que nenhum venezuelano e luso-venezuelano, nem nenhuma associação venezuelana, se mostrou disponível para uma pequena entrevista sobre o tema, preferindo sempre responder ao inquérito de forma anónima e individual.

Ao questionário responderam 73 pessoas. Não sendo esta uma amostra representativa de um universo que em números se aproxima aos já quase 8.000 venezuelanos a residirem em Portugal (Gabinete de Estratégia e Dados, 2022), não deixa de ser útil no sentido em que nos dá pistas, mesmo que exploratórias, sobre certos assuntos, nomeadamente, acerca das razões que levaram estas pessoas a optar por Portugal como destino.

3.1 Amostra

Na impossibilidade de questionar ou inquirir todos os membros do universo, o ser humano criou técnica que viabilizam a construção de uma amostra daquele universo. Esta pequena investigação ainda que não represente o universo de uma forma totalmente segura ou verdadeira, ajuda-nos a analisar o mesmo com uma razoável segurança (Pardal & Lopes, 2011). Neste caso específico o campo de aplicação de pesquisa é o universo de 8.000 venezuelanos e luso-venezuelanos que atualmente residem em Portugal.

Para obtermos uma maior resposta, representatividade e segurança aos dados da amostra foi utilizado o método não probabilístico uma vez, para a investigação fora criado um inquérito o qual foi partilhado na internet, o que por sua vez não garante que todos os membros do universo integrem a amostra. A amostra apenas teve em consideração os elementos que têm acesso à internet, devido à facilidade na partilha e no acesso do link do inquérito que fora publicado nas redes sociais e partilhado em alguns casos via e-mail, logo é amostra de conveniência, com o fim de construir uma estática com um máximo de repostas possíveis. A amostra foi estratificada por nome, género, idade, local de nascimento, distrito onde reside actualmente, habilitações literárias, situação profissional antes e depois de imigrar, as motivações da imigração, dificuldades no processo de imigração, tempo de residência em Portugal e principais razões da escolha de Portugal como país de destino, percepção do inquerido quanto à integração na sociedade portuguesa, apoios do governo ou de associações, planos de retorno à Republica Bolivariana da Venezuela. Todas estas questões permitem compreender se o inquirido corresponde ao perfil do caso de estudo, que nesta investigação são os imigrantes venezuelanos e luso-venezuelanos que residem em território português, os quais imigraram após as eleições de Hugo Chávez e Nicolás Maduro.

Todos os dados referentes ao inquérito foram recolhidos através da plataforma google forms, que transforma automaticamente os dados e os separa consoante as repostas dadas pelos inquiridos, transformando-os em gráficos percentuais, porém todos os dados foram

verificados e confirmados pela plataforma Excel para evitarmos qualquer erro. De realçar que todas as respostas são anónimas como forma de assegurar a privacidade dos inquiridos.

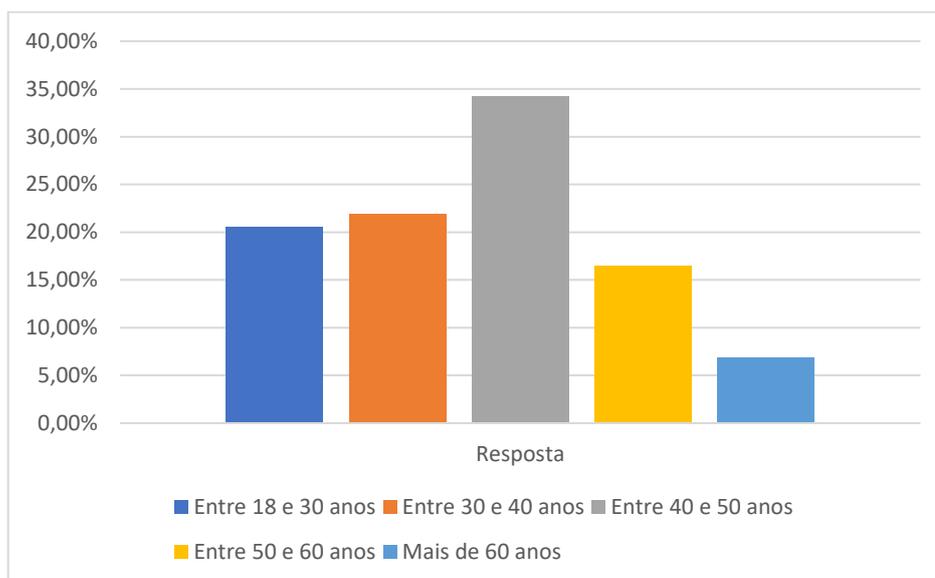
3.2 Caracterização da recente vaga migratória

A crise multidimensional venezuelana provou um aumento, expressivo, do fluxo migratório venezuelano, que só abrandou devido às limitações impostas pela pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, em 2020. Porém desde 1999 o número de migrantes venezuelanos no mundo tem vindo a crescer exponencialmente, especialmente nos países da América Latina, mais concretamente na América do Sul, mas também noutros países fora da região e do continente americano, como é o caso de Portugal.

Efectivamente, entre 2015 e 2020, os portugueses viram o número de imigrantes venezuelanos aumentar. Em 2015 residiam em Portugal cerca de 2 mil venezuelanos, e em 2020 esse número era de 7.741, sendo que a ilha da Madeira e o distrito de Aveiro surgem como os principais destinos (Gabinete de Estratégia e Dados, 2022). Para caracterizar esta nova vaga migratória e perceber quais poderão ser as tendências, em termos de integração ou retorno, decidimos utilizar a técnica do inquérito. Durante os seis meses em que o inquérito esteve disponível, um total de 73 pessoas responderam de forma voluntária.

Constatamos, em primeiro lugar, que todos os inquiridos imigraram para Portugal após a chegada de Hugo Chávez Frias ao poder na Venezuela. Das 73 pessoas questionadas, 50 (69,8%) são do sexo feminino e 22 (30,2%) do sexo masculino. Todos os inquiridos nasceram na República Bolivariana da Venezuelana, porém muitos afirmam ser filhos de pais portugueses, mostrando a existência de uma comunidade portuguesa no território venezuelano. Dos 73 inquiridos, 15 pessoas revelaram ter entre 18 e 30 anos de idade (20,55%), e 16 (21,92%) responderam ter entre 30 e 40 anos. Para a faixa compreendida entre os 40 e 50 anos, o total de repostas foram 25 (34,25%), para a faixa entre 50 e 60 anos, responderam 12 (16,44%). Por fim, 5 pessoas, ou seja, 6,84% do total, responderam ter uma idade acima dos 60 anos.

Gráfico 5- Percentagem da idade média dos Inquiridos da Amostra.



Fonte: Dados do Autor

Gráfico elaborado pela autora

Como referido anteriormente, e de acordo com o Gabinete de Estratégia e Dados da República Portuguesa, em 2020, um total de 7,741 venezuelanos residiam em Portugal continental e ilhas. A ilha da Madeira surge como principal destino dos venezuelanos quando escolhem Portugal para viver, em parte devido às redes migratórias criadas pelos muitos madeirenses que foram viver para a Venezuela ao longo de várias décadas.

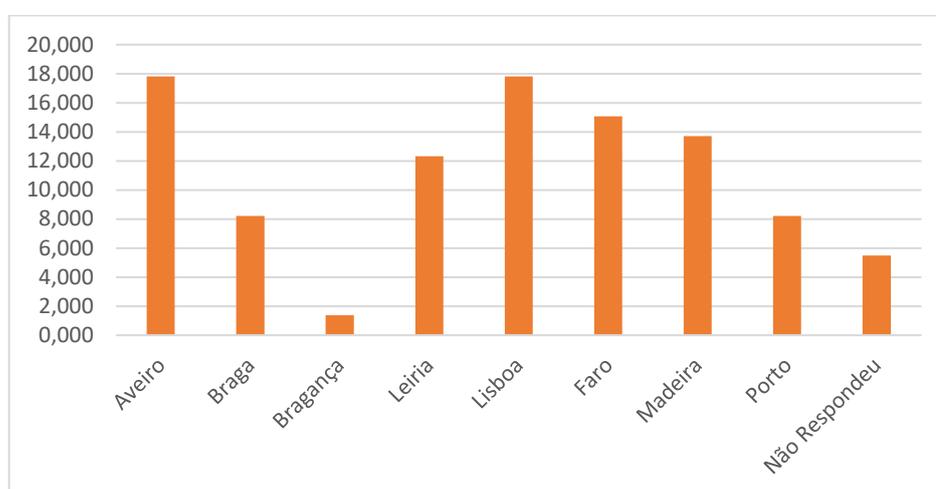
Em Portugal continental, os distritos que apresentam o maior número de imigrantes venezuelanos são, Aveiro, Lisboa e Porto, Nestes dois últimos, Lisboa e Porto são consideradas as cidades mais atractivas para viver. No caso de Aveiro, é também longo o historial de aveirenses que se deslocaram para a Venezuela há várias décadas à procura de novas oportunidades e melhores condições de vida. Igual que em relação à Madeira, existem redes migratórias que tornam atractiva esta região para os migrantes. Assim, desta forma, podemos concluir, sem surpresa, que da amostra de 73 inquiridos, a maior parte encontra-se na ilha da Madeira, Aveiro e Lisboa, sendo que Faro, Leiria e Braga foram também algumas das cidades referidas pelos inquiridos.

Vejamos com mais detalhes, dos 73 inquiridos, 13 (17,81%) revelaram viver no distrito de Aveiro, actualmente, e 13 (17,81%) no distrito de Lisboa. Um total de 11 (15,10%) pessoas optaram pelo distrito de Faro; 10 (13,69%) pelo arquipélago da Madeira e 9 (12,33%) pelo distrito de Leiria. Obtivemos um total de 6 (8,22%) repostas para Porto e 6 (8,22%)

também para Braga. O distrito de Bragança foi escolhido por apenas 1 (1,32%) inquirido. De um total de 73 inquiridos apenas 4 (5,48%) pessoas optaram por não responder.

Os dados obtidos a partir desta amostra, ainda que sejam limitados vão ao encontro de alguns dos dados revelados, muito recentemente, pelo Gabinete de Estratégia e Dados da República Portuguesa sobre a população venezuelana que reside atualmente em Portugal. Num relatório publicado em 2022, esta instituição divulgava que os venezuelanos e luso-venezuelanos residiam maioritariamente no arquipélago da Madeira e Aveiro.

Gráfico 6- Distribuição dos inquiridos venezuelanos por distrito e ilha.



Fonte: Dados do Autor

Gráfico elaborado pela autora

A chegada de Hugo Chávez Frias ao poder e mais tarde a chegada de Nicolás Maduro Moros, coincide com o aumento do número de imigrantes venezuelanos e luso-venezuelanos a Portugal. Através do questionário conseguimos compreender que cerca de 90% dos inquiridos se encontra em Portugal há menos de 9 anos, apenas seis inquiridas revelaram estar a viver em Portugal há mais de 10 anos, o que representa um total de 8,23% em 100%. Dos 73 inquiridos, 2 encontram-se a residir em Portugal há menos de um ano, cerca de 2,75% das respostas. Um total de 13 inquiridos disseram estar a viver em Portugal há um ou dois anos, o que significa um total de 17,81% da amostra. 30,14% dos inquiridos desta amostra responderam que estão a morar em solo português há três ou quatro anos, o que representa um total de 22 respostas.

Ainda em relação ao tempo de residência em Portugal, do total dos inquiridos, 20 (27,38%) responderam que vivem em Portugal entre 5 e 6 anos. Cerca de 13,68% da amostra respondeu estar a habitar no território português há sete ou oito anos, o que representa um total de 10 respostas.

Através desta amostra limitada, observamos que o maior número de respostas incidiu sobre os três ou quatro anos. Compreendemos então que este elevado número de respostas coincide com o período de agravamento da crise na República Bolivariana da Venezuela, ou seja, a partir de 2014, data que marca a chegada de Nicolás Maduro à Presidência venezuelana. Ainda que limitados, estes resultados vão, novamente ao encontro dos dados disponibilizados pelo Gabinete de Estratégia e Dados da República Portuguesa, que em 2022 publicou um relatório dando conta que a partir de 2015 registou-se um aumento da população venezuelana com residência oficial em Portugal.

Ainda a procura de caracterizar a mais recente vaga migratória de venezuelanos em Portugal, conseguimos algumas pistas sobre o grau de escolaridade destes migrantes. Assim, do total dos 73 inquiridos, 4 (5,48%) pessoas responderam que tinham apenas o ensino primário concluído, e 21 (28,77%), apenas o ensino secundário. A maior parte, 37 pessoas (50,68%) revelaram ter concluído o ensino superior, e 11 (15,07%) optaram por não revelar o seu nível de ensino.

As respostas obtidas a través da aplicação do questionário deram-nos também pistas sobre a ocupação ou a profissão que exercem estes imigrantes. Ficamos a saber, por exemplo, que cerca de metade dos imigrantes venezuelanos inquiridos não se encontra atualmente a trabalhar na sua área de formação ou estão desempregados. Na maioria dos casos, isto deve-se a que as suas habilitações ainda não foram reconhecidas em Portugal. Do total da amostra, 10 dos inquiridos deixaram a resposta em branco, 15 revelaram encontrar-se atualmente desempregadas, 8 responderam estar a estudar atualmente, 30 responderam estar a exercer numa área diferente da sua área de formação, apenas 10 pessoas revelaram estar a trabalhar na sua área.

Sobre as razões que os levaram a sair da Venezuela, a crise económica que vive o país é apontada como a principal causa pela maioria dos inquiridos. Outras razões apontadas foram a falta de acesso aos bens e serviços básicos, como o acesso à saúde. A questão da escassez da comida também foi apontada pelos inquiridos. Ainda neste âmbito compreendemos que

questões como a falta de oportunidades e a instabilidade política também foram razões que pesaram à hora de emigrar.

Os dados obtidos permite-nos, pois, concluir que, Portugal é uma opção de destino para muitos venezuelanos e luso-venezuelanos a procura de melhores condições de vida. Através da amostra que conseguimos através da aplicação de um questionário a 73 pessoas, ficamos com uma ideia sobre as razões desta vaga migratória mais recente de venezuelanos em Portugal, entre as quais a crise económica na Venezuela, medo pela criminalidade naquele país, e outras associadas à forte presença de uma diáspora portuguesa no país sul-americano.

Em relação a este último ponto, vejamos, do total das pessoas inqueridas, 16 responderam que emigraram da Venezuela para Portugal uma vez que os seus pais são portugueses, logo são lusodescendentes e as suas raízes são portuguesas; 12 revelaram que escolheram emigrar para Portugal uma vez que são casados com portugueses ou com lusodescendentes. Através de 18 respostas ficamos a saber que outra das razões pela qual estes venezuelanos escolheram viver em Portugal é o facto de os seus familiares viverem em território português. Concluimos, pois, que os motivos da escolha de Portugal como destino para estes imigrantes, passa também pelas fortes ligações familiares.

Outras razões da escolha de Portugal foram: mais fácil acesso à novas oportunidades laborais ou para estudar (15 respostas), a tranquilidade e segurança que sentem (6 respostas), o porque têm amigos a viver em Portugal (6 respostas).

3.3- Integração e retorno dos migrantes

Outras das razões que pesam à hora de emigrar é, naturalmente, o bom relacionamento entre os Estados de saída e de chegada dos migrantes. Entre Portugal e a Venezuela as relações têm sido “tradicionalmente boas”, e existem acordos de cooperação que contemplam o âmbito migratório.

Voltamos à nossa amostra. Do total dos inqueridos, 17 revelaram terem tido dificuldade em entrar em Portugal devido à burocracia, e mais recentemente devido à pandemia, que obrigou ao encerramento dos aeroportos nacionais e internacionais. Alguns dos inquiridos que responderam que tiveram dificuldade no processo de imigração revelaram também que o Estado Português não lhes deu nenhum tipo de apoio, tendo sido graças à ajuda de familiares e amigos que conseguiram vir e ficar a residir em Portugal.

Ainda neste âmbito, quando questionados se se sentiam integrados na sociedade portuguesa, 13 dos 73 inquiridos responderam que não. Tal resposta coloca-nos questões sobre o que estará a falhar, ou as políticas de integração de migrantes ou se simplesmente estes imigrantes não receberam nenhum tipo de apoio por parte das instituições em Portugal, bem seja o governo, as câmaras ou juntas de freguesia.²⁰

Vejam, com mais pormenor, quando questionados sobre se foram de alguma forma apoiados pelo Estado português e/ ou pelas associações de Migração, 50 respostas (68,49%), foram negativas, ou seja, os inqueridos responderam que não foram apoiados por nenhuma das duas. Por outro lado, cerca de 21,92% (16 respostas) dos inquiridos revela ter recebido apoio do Estado Português, e 6 (8,22%), revelou ter sido apoiado tanto pelo Estado Português como pelas associações de Migração. Só uma única pessoa revelou ter recebido apoio exclusivamente das associações de Migração, observando e interpretando estes dados ficamos com uma ideia sobre o pouco ou falta de apoio que o Estado Português tem dado a estes migrantes venezuelanos.

A amostra conseguida através da aplicação deste inquérito com fins académicos, revela que os venezuelanos que se deslocam para Portugal escolhem este país para viver por várias razões, de natureza económica, política, mais segurança, acesso aos bens essenciais e serviços básicos, em soma, melhores condições de vida em relação àquelas que existem actualmente na República Bolivariana. Quando questionados sobre se algum dia pretendem voltar a Venezuela, 44 dos inquiridos responderam que não, 24 responderam que sim e 5 optaram por não responder. Concluimos então que grande parte dos venezuelanos e luso-venezuelanos inquiridos não pretende voltar ao seu país de origem devido à crise, insegurança, falta de condições básicas e pela instabilidade política.

²⁰ Em diversos municípios do país existe a figura do Gabinete de apoio ao Emigrantes.

4- As Relações entre Portugal e a Venezuela e a questão migratória

Os fluxos migratórios ocorrem desde sempre. As vagas sucessivas de pessoas que saem e entram em território português ao longo dos tempos é um bom exemplo do que estamos a falar.

Dados recentes disponibilizados pelo Observatório da Emigração, apontam para um total aproximado de 2,6 milhões de emigrantes portugueses no mundo. Devido à emigração ao longo dos anos, uma diáspora portuguesa foi formando-se nos países de destino, como constatamos quando observamos a enorme comunidade portuguesa que vive na Venezuela.

4.1- Os portugueses na Venezuela

A presença de portugueses no território venezuelano remonta ao século XVI, porém muitos historiadores referem a primeira comunidade portuguesa só se viria a fixar naquela região no XVII por influência do Rei Filipe I de Portugal ou Filipe II de Espanha. “Neste sentido, Saignes refere que Filipe II de Espanha permitiu em 1601 que os portugueses circulassem livremente e se estabelecessem nas suas colónias da América – incluindo a Venezuela (...)” (Saignes em Gomes, 2009).

Mais recentemente, no século XX, a emigração portuguesa para a Venezuela teve diversas e múltiplas causas. Durante as décadas de 1950 e 1960, por exemplo, milhões de portugueses abandonaram o seu país devido à ditadura.

Com efeito, a ditadura portuguesa, que durou entre 1933 e 1974 (41 anos), foi o principal motivo do abando em massa de milhões de portugueses, os principais destinos eram países europeus, devido à proximidade geográfica, porém muitos foram para a América Latina, mais exactamente, para a América do Sul. Os portugueses que emigraram para o território venezuelano durante a ditadura portuguesa, provinham sobretudo da ilha da Madeira, Aveiro, Braga e Coimbra (Antunes, 1970). De acordo com os Boletins da Junta de Emigração, entre 1950 e 1969 viviam 73,554 portugueses na República Bolivariana da Venezuela, o que representava um total de 6,5% da população portuguesa emigrada (Antunes, 1970). Este número tem vindo a diminuir consideravelmente, sendo que, em 1990 - de acordo com os dados do Observatório da Emigração - o número de emigrados na Venezuela, passaram de 73,554 para 68,277 portugueses.

Inicialmente os portugueses foram para o país sul-americano em busca de melhores condições de vida e estabilidade económica, uma vez que este era considerado um país próspero devido, como explicado no Capítulo 1, à riqueza petrolífera.

Num primeiro momento, estes emigrantes dedicaram-se, sobretudo, à agricultura. Contudo, a partir de 1948, a grande maioria passou a desenvolver a sua actividade ligada ao comércio - essencialmente de alimentos - mas rapidamente começou a diversificar a sua ocupação profissional, enveredando pela pequena e média indústria, sobretudo no sector manufactureiro. (DRI, 2022).

Outros fatores como a proximidade religiosa e da Língua, a amenidade do clima, e os receios por causa da instabilidade política que se vivia em Portugal, particularmente durante a década de 1970, contribuíram também para estimular a emigração portuguesa para a Venezuela.

A população portuguesa na República Bolivariana da Venezuela tem vindo a diminuir anualmente, grande parte deve-se à crise multidimensional que afeta o país há diversos anos. Entre 2000 e 2010 a média de emigrantes portugueses a residir no território venezuelano era de cerca 54 mil, porém em 2011 este número diminuiu drasticamente, passando para cerca de 37 mil (Observatório da Emigração, 2019). Em 2015 o número de emigrantes voltou à média anterior, de 54 mil. De acordo com os últimos dados recolhidos pelo Observatório da Emigração, em 2019 havia cerca de 53 mil portugueses a residir na Venezuela. Esta diminuição drástica em 2011 deveu-se em parte à crise que o país já atravessava, e que foi piorando devido à crise financeira mundial e ao aumento dos casos de violência.

4.2 Cooperação bilateral entre Portugal e a Venezuela: os Acordos

No contexto político-diplomático, propomo-nos destacar as prioridades que ambos países atribuíram ao reforço das suas relações bilaterais, principalmente através dos acordos de cooperação dirigidos aos interesses das respectivas comunidades. Nesse sentido, podemos identificar quatro períodos associados a contextos políticos distintos que influenciaram os resultados em termos de compromissos entre as partes: um primeiro contexto marcado pela ditadura salazarista em Portugal; um segundo, decorrente da revolução de 1974 até 1998, que exigia uma nova visão sobre os problemas nacionais e internacionais, sobretudo por parte de Portugal; um terceiro, entre 1998 e 2013, caracterizado pela proximidade política e estratégica entre ambos países, período marcado pela presidência de Hugo Chávez; e um último contexto,

a partir de 2013, marcado pela crise multidimensional que atravessa a Venezuela e os seus impactos para dentro e para fora.

4.2.1 Em tempos de ditadura

As relações político-diplomáticas entre Portugal e a República da Venezuela iniciaram-se há mais de um século, porém os dados oficiais mostram que é só a partir de meados do século XX que a relação entre os dois países fortalece-se através de vários acordos de cooperação e apoio.

Em 1956, durante o Estado Novo, Portugal celebrou o primeiro tratado político-diplomático com a Venezuela. O primeiro acordo oficial entre os dois países foi assinado em Lisboa, e foi na área dos transportes aéreos.

Em 1958, após um golpe de estado na República da Venezuela, que acabou com um ciclo ditatorial e deu origem a um novo processo democrático naquele país, Portugal reconheceu o novo governo para de seguida, em 1959, dar um novo passo na relação entre os dois países com a passagem de Missão diplomática para Embaixada de Portugal na Venezuela.

4.2.2 Início do processo de democratização em Portugal

Após 41 anos de ditadura, em 1974, os portugueses iniciaram um novo processo de democratização, diversificando as suas relações político-diplomáticas, incluindo com alguns estados latino-americanos, como a Venezuela.

Após o derrube e estabilização de um novo governo, Portugal preocupou-se em criar acordos e tratados, sobre assuntos nas mais variadas áreas, económica, comercial, cultural, social e também referentes aos emigrantes portugueses. Com a Venezuela, em 1976 foi assinado o Acordo Básico sobre Cooperação Económica e Industrial, o primeiro entre Portugal e a Venezuela após a Revolução portuguesa de 25 de Abril. Este tratado tinha como principal propósito, fomentar o intercâmbio comercial:

As Partes Contratantes adoptarão, de mútuo acordo, as providências necessárias para estimular a celebração de contratos para o abastecimento de produtos a curto, médio e longo prazos entre empresas, organismos ou entidades dos respectivos países. (Diário da República I, nº 259, 1980).

Este tratado viria a ser actualizado em duas ocasiões, em 1978 e 1980, com o objetivo de fortalecer as relações comerciais, de cooperação económica e de investimento, entre os dois países, passando a ser conhecido como Acordo Complementar do Acordo Básico de Cooperação Económica e Industrial.

No âmbito migratório, mais especificamente, foi celebrado o Acordo Operacional de Emigração, em 1978. Este tratado tinha como propósito, facilitar a contratação de emigrantes portugueses qualificados, desenvolver e promover a formação profissional e artesanal por parte do emigrante português e ainda facilitar o trânsito de pessoas entre os dois países (Diário da República I, nº 211, 1978). No mesmo ano, foi celebrado o Acordo Básico de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Venezuela, assinado em Caracas. Este tratado focava-se nas questões culturais, no desporto e na educação, e visava promover a cooperação entre as universidades e outras instituições educativas, desportivas e culturais. Promovia ainda a realização de seminários, concertos, espetáculos e exposições, com o propósito de divulgar os valores culturais de cada um dos países. Neste tratado ficou ainda acordado que cada um dos países iria criar cursos para o ensino da língua de cada uma das partes. (Diário da República I, nº 246, 1979).

No plano da Segurança Social, e após nove anos desde o último tratado entre Portugal e a República da Venezuela, em 1989, celebrou-se um novo acordo entre as duas partes. A Convenção sobre a Segurança Social entre Portugal e a Venezuela, que um ano mais tarde, em 1990 deu origem ao Acordo Administrativo entre Portugal e Venezuela para a aplicação da Convenção sobre Segurança Social. Este acordo bilateral promovia a igualdade e bem-estar das pessoas que se deslocassem ou trabalhassem em qualquer uma das partes. Os venezuelanos a viver em Portugal e os portugueses a viver na Venezuela, através deste instrumento bilateral estariam protegidas ao abrigo das respetivas legislações da segurança social ou de seguro social. (Diário da República I-A, n.º 127, 1992). Este acordo mostra o reconhecimento que existe por parte de ambos os países às suas respetivas comunidades emigradas. O acordo visava garantir que os cidadãos emigrados de ambas as partes fossem tratados de igual forma que os próprios cidadãos, reconhecendo, além mais, o seu trabalho realizado.

O ano de 1994 ficou marcado por três novos acordos bilaterais entre a República da Venezuela e Portugal, todos eles celebrados pelo então Presidente venezuelano Rafael Caldera e pelo então Primeiro-Ministro português Aníbal Cavaco Silva. O primeiro acordo, o

Acordo Quadro de Cooperação, tinha como propósito fortalecer e consolidar o diálogo político entre as duas partes. Neste Acordo é mencionada a importância em respeitar os princípios definidos na ronda de negociações comerciais, conhecido como *Uruguay Round*. Neste tratado foi ainda realçado a importância do Acordo Quadro de Cooperação entre a União Europeia e os membros do Acordo de Cartagena, assinado em 1993. (Diário da República I-A, nº43, 1995).

O Acordo Quadro de Cooperação focou-se em três áreas de cooperação específicas a nível económico, cultural e político. A nível político pretendia-se intensificar as visitas de ambas as partes por parte de membros do governo. A nível económico, foram definidas áreas de cooperação como, agricultura, energia, pesca, aviação, telecomunicações, indústria, tecnologia, transportes marítimos, turismo e ambiente. Este acordo revela ainda as preocupações que já existiam relativamente ao ambiente e ao desenvolvimento tecnológico que ocorria por via da globalização. A nível cultural, procurou-se reforçar a cooperação neste domínio, e ainda o da ciência e da Língua, que resultou na criação da Comissão Ministerial de Cooperação Luso- Venezuelana. (Diário da República I-A, nº43, 1995).

No plano dos investimentos, ainda no ano 1994, foi celebrado o Acordo de promoção e proteção mútua de investimentos entre Portugal e a Venezuela. Este novo acordo bilateral propunha-se promover e proteger os investimentos realizados pelos investidores emigrantes no território de destino. (Diário da República I-A, nº89, 1995). Ainda no mesmo ano foi celebrado o Acordo sobre prevenção, controlo, fiscalização e repressão do consumo indevido e tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. (Diário da República I-A, nº 99, de 28/04/1995).

No concernente aos vistos entre ambas as partes, no ano 1995 foi celebrado um novo tratado entre a República Portuguesa e a República da Venezuela sobre Supressão de Vistos em Passaportes Comuns. Este acordo tinha como propósito facilitar a deslocação das pessoas entre os dois países. (Diário da República I-A, nº12, 1997).

Em matéria de Impostos, A Convenção entre a República Portuguesa e a República da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e respetivo Protocolo foi celebrada em 1996. Esta convenção estava destinada às pessoas residentes num ou em ambas as partes, o seu objetivo era regularizar os impostos sobre o rendimento das pessoas singulares, em Portugal conhecido como IRS, e ainda o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, conhecido como IRC em Portugal,

e respetivos equivalentes na República da Venezuela. A mesma convenção determinava a eliminação da dupla tributação por parte de ambos os países, através de diversos procedimentos de acordo com as medidas da convenção. (Diário da República I-A, nº281, 1997).

4.2.3 Chegada de Hugo Chávez ao poder

Em outubro de 2001, cinco anos após o último acordo entre Portugal e a Venezuela, o governo de António Guterres estabeleceu com o governo de Hugo Chávez a melhoria dos termos da cooperação em matéria de vistos. O Acordo entre a República Portuguesa e a República Bolivariana de Venezuela sobre Supressão de vistos em Passaportes em Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Especiais, foi assinado com o propósito de facilitar a circulação dos nacionais, de ambas as partes, titulares de passaportes especiais, de serviço e diplomáticos. O acordo decretava que os cidadãos venezuelanos que detivessem passaporte diplomático ou de serviço, podiam transitar ou permanecer em território português por um período de 90 dias sem necessitarem de visto, sendo que podiam usufruir da livre circulação entre Estados Parte da Convenção de Aplicação do Acordo Schengen. As mesmas premissas se aplicavam aos portugueses titulares de passaporte diplomático em território venezuelano, porém as limitações impostas divergem uma vez que o Acordo Schengen só inclui países europeus. (Diário da República I-A, n.º 262, 2002).

As medidas criadas pelo Acordo entre a República Portuguesa e a República Bolivariana de Venezuela sobre Supressão de vistos em Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Especiais, facilitaram a circulação não só dos venezuelanos e portugueses diplomatas e em serviço de organizações internacionais, como também a das suas famílias, sendo que necessitavam de um passaporte abrangido por este tratado. Através deste acordo ficava ainda salvaguardado que ambas as partes mantinham o direito de negar a entrada ou permanência aos nacionais do outro país que detivessem títulos das categorias de passaporte contempladas neste tratado. (Diário da República I-A, n.º 262, 2002). De realçar que este acordo é o primeiro de três acordos que se celebraram entre Portugal e a Venezuela na década de 2000 e com Hugo Chávez no poder.

Em maio de 2008, a proximidade entre Chávez e o novo primeiro-ministro português, José Sócrates, ficaria evidente com o estabelecimento de dois acordos bilaterais em áreas como as relações diplomáticas, turismo e cooperação económica. Em junho de 2009 foi ainda

assinado um acordo sanitário e fitossanitário na área do comércio de produtos e subprodutos agroalimentares (Ministério dos Negócios Estrangeiros, s/d). Os acordos celebrados foram o Acordo complementar ao Acordo Quadro de Cooperação em matéria de Cooperação Económica e Energética (de 1975 e 1994); o Acordo Complementar ao Acordo Quadro de Cooperação no Domínio do Turismo (de 1994), e o Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas (Diário da República I, n.º 196, 2008).

E por fim, no âmbito do controle sanitário, Em 2009 foi assinado o último instrumento bilateral entre Portugal e a Venezuela, o Acordo Sanitário e Fitossanitário para o Comércio de Produtos e Subprodutos Agroalimentares. O ponto central do acordo é promover e aprofundar as cooperações na comercialização de produtos e subprodutos agroalimentares. (Diário da República I, n.º 78, 2010).

4.2.4 Nicolás Maduro, presidente da República Bolivariana desde 2013

Vimos anteriormente, como as relações entre Portugal e a Venezuela desenvolveram-se de maneira dinâmica e positiva nas diversas áreas, contemplando a questão migratória de grande relevância tendo em conta os fluxos históricos registados entre os dois países. Ainda que as relações bilaterais tenham seguido um percurso de proximidade, a partir de 2017, a situação foi alterando-se.

Em abril de 2017, em Portugal seria aprovado um voto de condenação à situação de instabilidade e insegurança vividas na Venezuela. Em julho do mesmo ano, quase todos os partidos políticos portugueses manifestaram-se através de um voto de pesar e apelo ao diálogo democrático na Venezuela (Diário da Assembleia da República, 2017). Um voto de preocupação e condenação pela situação dos presos políticos na Venezuela foi igualmente aprovado pela maioria dos partidos portugueses, em julho de 2018 (Diário da Assembleia da República, 2018).

A preocupação dirigida por Portugal a esta problemática de crise política, económica e social tem-se agravado pelo regresso contínuo dos portugueses e seus descendentes ao país de origem, prova disso é que em 9 de janeiro de 2018, foram estabelecidos acordos de cooperação dirigidos por Portugal através de uma Comissão mista de acompanhamento

bilateral no sentido de apoiar Caracas relativamente ao fornecimento de alimentos, medicamentos e outros bens de primeira necessidade, em grave situação de escassez.

A crise política venezuelana tem evidenciado, pois, um impacto nas relações bilaterais. Há, naturalmente, o impacto de tipo económico²¹ (que aqui não desenvolvemos), mas também, no âmbito político-diplomático. É, pois, fácil deduzir que uma possível solução desta crise venezuelana, na origem, tenderá a influenciar o rumo das relações luso-venezuelanas assim como os fluxos migratórios que poderão ter efeitos, em diferentes dimensões, na sociedade portuguesa (Rodrigues, 2010).

4.3 Implicações da Crise Migratória Venezuelana nas relações político-diplomáticas entre Portugal e a República Bolivariana

A vaga de imigrantes vindos da Venezuela para Portugal, desde 2014, é um caso que foge aos padrões da restante imigração. De facto, a grande maioria das chegadas concentraram-se, segundo os registos oficiais, no arquipélago da Madeira que sofre assim uma pressão acrescida social e economicamente. Como já foi referido, a região autónoma da Madeira recebeu entre só nos anos de 2015 e 2016 uma estimativa de 7.000 a 7.500 migrantes, que será indispensável integrar na sociedade, respondendo adequadamente às expectativas e necessidades da comunidade nomeadamente em termos de emprego, habitação, educação, saúde.

4.3.1 Medidas adoptadas pelo governo português para aliviar os efeitos da crise entre os portugueses radicados na Venezuela e os que emigraram para Portugal

Em 2016, perante a situação de instabilidade que atravessava Venezuela, o então secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Luís Carneiro, deslocou-se ao território venezuelano para assegurar a comunidade portuguesa radicada naquele país que esta não seria esquecida. Muitos dos portugueses que residiam na Venezuela passavam sérias dificuldades, prova disso é que a verba anual que as associações de emigrantes recebem no âmbito da divulgação do idioma e cultural por parte do Estado Português -, foi gasto, na sua maioria, em medicamentos e alimentação (Ferro, 2016).

²¹ Ver em AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL (AICEP), Aicep Portugal Global (2017), Venezuela. Síntese País. 4.10.2017. Disponível em <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/VenezuelaSP.pdf>

Em 2017, muitos portugueses e luso-descendentes decidiram abandonar a Venezuela, rumo a diferentes países, como o Brasil, Colômbia, Estados Unidos, Canadá e a Espanha. Portugal, apesar de não ser dos destinos mais importantes recebeu uma vaga significativa. Só nas ilhas da Madeira retornaram 4 mil emigrantes portugueses provenientes da Venezuela, e apesar de, segundo Silva (2017), muitos dizerem que querem voltar ao seu país de origem quando a crise acabar (Silva, 2017), não deixa de ser impactante a chegada deste contingente ao arquipélago com uma população residente de cerca de 253.945 pessoas.

Perante a situação dos “retornados”²² o Governo português procurou assegurar através de diversas medidas, que qualquer português fosse tratado com dignidade e igualdade. Medidas como o reforço dos meios consulares, com especial atenção aos cidadãos indocumentados; criação de bolsas de estudo ligadas ao ensino da língua portuguesa; o reforço do Serviço Nacional de Saúde e o ajuste dos termos do programa PROHABITA, do Instituto Nacional de Habitação da Madeira, para que os imigrantes tenham acesso a casas, foram adotadas pelo Governo Português (Lusa, 2017).

Muitos venezuelanos encontraram numerosos obstáculos ao deixar a Venezuela, especialmente no diz respeito ao acesso de documentos de identificação, como o passaporte. Em 2019, quem precisasse de um novo documento tinha de disponibilizar 18 mil bolívares soberanos, o correspondente a cerca de 84 euros, ou seja, tinham de disponibilizar quatro salários mínimos (4500 bolívares soberanos ou cerca de 21 euros) para pagar um passaporte (Marques, 2019). Com o fim de mitigar o impacto da crise neste âmbito, o governo português em outubro de 2018, decidiu criar um apoio direto de 12 milhões destinado aos Consulados, cujo objetivo era oferecer cartões de cidadão e passaportes para os portugueses e lusodescendentes que necessitassem de obter estes documentos. O Estado português pagou diretamente o valor dos documentos de identificação emitidos à Casa da Moeda (Lusa e Público, 2019).

²² Um artigo da revista portuguesa Sábado, de 6 de agosto de 2017, de Zélia Castro, qualificava desta forma a vinda de Venezuelanos para Portugal, “ Os novos retornados vêm da Venezuela”. Será o fluxo mais importante a chegar a Portugal com números significativos num pequeno espaço de tempo (Castro, Z. “Os novos retornados vêm da Venezuela”).

4.3.2 Incidentes políticos e política externa

No período que nos toca analisar, registamos alguns incidentes que tiveram sérias implicações, do ponto de vista político-diplomático, mesmo não tendo que ver directamente com a chegada de venezuelanos a Portugal, de uma ou outra forma, resultam da crise com uma forte dimensão humanitária (associada à crise migratória), que atravessa a República Bolivariana da Venezuela.

Veamos, no final do ano 2017, Nicolás Maduro fez sérias acusações ao Governo português porque na época natalícia não chegaram a Venezuela os “pernis de porco” que supostamente tinham sido comprados a Portugal. O Presidente Maduro chegou, inclusive, a acusar Portugal de sabotar a importação deste produto. Perante estas acusações, o governo português defendeu-se, salientando que a responsabilidade era das empresas envolvidas, uma vez que Portugal é uma economia de mercado (Lusa, 2018). Neste contexto, a empresa agroalimentar Raporal, defendeu que a falta de pernil era culpa do governo venezuelano com uma dívida de cerca de 40 milhões de euros às empresas do setor (Lusa, 2018). Para ajudar a resolver este impasse, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos da Silva, deslocou-se à Venezuela a procura de um compromisso político para normalizar a situação. A oportunidade da viagem desta alta chefia portuguesa foi aproveitada para ver a situação e as necessidades da comunidade portuguesa, e ainda encontrar soluções para as questões das empresas portuguesas que detêm contratos com a República Bolivariana e vice-versa (Lusa, 2018).

Em 2018 ocorreu um outro incidente, quando foram detidos cerca de trinta gerentes de supermercados de nacionalidade portuguesa ou detentores de dupla nacionalidade, na República Bolivariana, por alegadamente violarem a lei daquele país. Perante tal situação, mais uma vez, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Augusto Silva viu-se na necessidade de intervir, defendendo a importância das comunidades portuguesas para o desenvolvimento empresarial daquele destino sul-americano (RTP, 2018). De facto, as comunidades portuguesas na Venezuela têm sofrido bastante desde o início da crise tanto a nível financeiro e económico como a nível da segurança. De notar que os portugueses vivem principalmente da área alimentar. Em 2017, 95% das padarias na Venezuela eram de portugueses ou lusodescendentes (Tavares & Reis 2017).

Durante o ano 2018, por causa do agravamento das necessidades da comunidade portuguesa na Venezuela, o governo português criou um plano de cooperação com a

Associação de Médicos de Origem Luso-Venezuelana (criada em 2003), com o propósito de reforçar o apoio social e ao acesso de alimentos, medicamentos e médico (RTP, 2018). O Governo reforçou ainda que todos os que retornassem ou que emigrassem para Portugal seriam devidamente apoiados e bem-recebidos. No mesmo ano o Governo português anunciou uma linha de crédito no valor de 50 milhões de euros destinada a todos os empresários portugueses que tivessem regressado a Portugal provenientes da República Bolivariana e quisessem abrir um negócio ou adquirir uma empresa que já existisse (República Portuguesa, 2018).

Em 2019, quando Juan Guaidó assumiu a presidência interina da Venezuela, foi reconhecido como tal por Portugal, tal como a maioria dos países da União Europeia. Este reconhecimento deveu-se ao facto de os países europeus assim como Juan Guaidó, defenderem a democracia e eleições livres e justas. O Governo português considerava que Juan Guaidó seria alguém que possuía legitimidade para assegurar uma transição democrática, inclusiva e pacífica. Naquela oportunidade, o Governo português salientou ainda a importância da Comunidade Luso-Venezuelana, profundamente enraizada naquele país e que merecia ser defendida. (República Portuguesa, 2019). Sendo consequente com esta decisão, o Estado venezuelano comunicou que iria realizar uma transferência de fundos monetários do Estado venezuelano, que se encontravam no Novo Banco de Portugal, para contas do Uruguai, sendo que esta operação acabou por ser suspensa (Avó, 2019). É neste âmbito que, numa iniciativa de reforçar a segurança da embaixada e consulado português em Caracas, o Estado português enviou oito elementos do Grupo de Operações Especiais da PSP, os quais foram impedidos de sair do aeroporto de Caracas, apesar das autoridades venezuelanas saberem da operação assim como do conteúdo das malas diplomáticas. (Avó, 2019).

Em 2020, com a pandemia, ainda antes do isolamento e expansão da doença infecciosa, em fevereiro, o Governo venezuelano decidiu suspender as operações da TAP, durante noventa dias. O regime venezuelano defendia que esta decisão se devia ao facto de, Juan Marquez, tio do Presidente interino, Juan Guaidó, ter, alegadamente, transportado substâncias químicas explosivas num voo da TAP. Acrescentado ainda que a companhia permitiu que Juan Guaidó embarcasse com uma identidade falsa através da companhia aérea portuguesa. O governo de Maduro afirmou que tal medida tinha como objetivo garantir a segurança da Venezuela. A TAP, desmentiu tais alegações afirmando que cumpriu todos os requisitos legais e de segurança, acrescentado ainda que não compreendia o motivo de tais acusações, acusações que iriam prejudicar à empresa e os seus passageiros. Naquela ocasião, o Ministro

dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, afirmou que tais acusações serviam para desviar as atenções para as agressões de que Juan Guaidó fora vítima quando tentou entrar na Assembleia venezuelana. (Bruno e Lusa, 2020).

Ainda, no contexto de pandemia, para além de contribuir com a ajuda humanitária, no quadro da União Europeia, (Camões, 2020), o governo português decidiu realizar cinco voos de repatriamento desde a Venezuela. Estes voos de repatriamento tinham como propósito trazer todos os portugueses que tivessem ficado retidos naquele país ou que quisessem regressar a Portugal devido à crise multidimensional. No total foram repatriados 1200 portugueses (DN/Lusa, 2021).

Em 2021, o Presidente Nicolás Maduro considerou a embaixadora da União Europeia na República Bolivariana, a portuguesa Isabel Brilhante Pedrosa, *persona non grata*, dando-lhe 78 horas para abandonar o país. Estas medidas vêm na consequência das sanções impostas pela União Europeia a várias figuras do estado venezuelano, nas quais estão incluídos generais, juízes do Supremo Tribunal e político, os quais são acusados de violar os direitos humanos. A União Europeia e Portugal afirmaram que tais medidas só iriam isolar, ainda mais, a Venezuela e a sua população. (Burchard, 2021).

Em suma, todos estes incidentes e as respostas ou medidas adoptadas por Portugal para mitigar consequentes efeitos mostram que, efectivamente, a relação político-diplomática entre Portugal e a República Bolivariana da Venezuela deteriorou-se apesar do interesse, por parte do governo português de “manter esta cooperação e relacionamento bilateral” (Agência Lusa, 2021).

Outro evento que contribuiu para a deterioração da relação entre Portugal e a Venezuela foi o facto de que muitos portugueses e luso-venezuelanos que trabalharam a sua vida inteira no território venezuelano e que atualmente residem em Portugal não têm acesso às suas pensões, algo que vai contra os princípios do Acordo Administrativo entre Portugal e Venezuela que fora aplicado com base na Convenção sobre Segurança Social, 1990 (Diário de Notícias, 2021). Ainda, a suspensão de voos da TAP para a Venezuela, reiniciadas “supostamente” em junho de 2022 em nada ajudou a aliviar o mal-estar das comunidades luso-venezuelana (Gonçalves, 2022).

Em suma, o estabelecimento das relações entre Portugal e a Venezuela deveu-se em grande parte à importância atribuída à emigração de portugueses para este país da América Latina, conduzindo à assinatura de diversos acordos entre os dois países. Economia,

migração, turismo, cultura e segurança social, foram algumas das áreas em que ambos os países se comprometeram a cooperar. A partir de 2009, um novo ciclo político na Venezuela, com Nicolás Maduro no poder, e uma sucessão de eventos terão repercussões na relação bilateral entre os dois países.

Conclusões

A República Bolivariana da Venezuela atravessa desde 2014 uma crise multidimensional. O autoritarismo acabou com um sistema político que era predominantemente democrático desde finais dos anos de 1950, e com uma economia que - apesar de dependente das exportações do petróleo - era aberta e dava sinais de dinamismo, tendo sido a população a parte mais afetada. Nas décadas de 1970 e 1980, o país chegou a ser considerado uma das economias mais prósperas da América Latina. Contudo, a partir de 1980 a economia venezuelana veio a deteriorar-se ano após ano, tendo em 1989 iniciado uma nova crise económica.

A instabilidade económica que começou em 1980, deu origem ao surgimento de novas figuras na política venezuelana, como é o caso de Hugo Chávez Frias, que em 1999 foi eleito Presidente. Chávez não só deu início a um novo ciclo político como também, por causa das políticas adotadas, no económico, geraria uma situação de crise social.

Mais tarde, a chegada de Nicolás Maduro Moros à presidência do país, após a morte de Hugo Chávez Frias, a população venezuelana viu as suas condições e nível de vida a deteriorarem-se rapidamente. A economia chegou a colapsar, a moeda nacional desvalorizou, a inflação aumentou, a exportação de petróleo diminuiu, a população perdeu poder de compra, o investimento na saúde diminuiu, aumentou a repressão, aumentou a insegurança e a criminalidade. Todos estes fatores contribuíram para a atual crise multidimensional que vive o país e que parece não ter fim à vista.

O sistema de saúde venezuelano foi um dos setores mais fragilizado pela crise económica e pelas decisões governamentais. A falta de investimento na saúde pública não só contribuiu para o reaparecimento de o sarampo, malária e a difteria, doenças infecciosas que poderiam ser controladas através da vacinação.

A crise evidencia-se também no sector energético. A falta de energia afeta naturalmente a vida da população uma vez que sem energia não podem funcionar bem os hospitais, não podem ser conservados os alimentos, não há acesso à internet e outros meios de comunicação, etc.

A criminalidade e o aumento de violência no território venezuelano, fatores que incidem nesta crise, têm provocado não só a morte e a prisão de muitas pessoas inocentes, mas também um aumento da saída de venezuelanos para outros destinos mais seguros.

Em 2020, a crise migratória venezuelana era considerada a segunda maior a nível mundial, afetando milhões de venezuelanos, que saem do seu país para países que na maioria partilham fronteiras, ou ficam próximos a nível geográfico. Todos os dias milhares de venezuelanos atravessam a fronteira venezuelana em busca de uma vida digna, porém o seu caminho até ao destino final encontra-se cheio de riscos e obstáculos, pelo que muitos não chegam ao destino final. Os chamados *caminantes* são obrigados a percorrer caminhos irregulares e estão em constante risco uma vez que muitos são apanhados por organizações ilegais, como gangues. As organizações ilegais e a falta de apoio ao migrante durante o seu caminho e na chegada ao seu destino final, coloca-os em situações vulneráveis, uma vez que muitos acabam por ser extorquidos, explorados ou vítimas de tráfico humano.

As vagas sucessivas de venezuelanos que saem do seu país de origem foram provocadas pela crise multidimensional que vive a República Bolivariana, com implicações a nível económico e político nos países de destino, como é o caso da Colômbia e do Peru, os dois países com mais imigrantes e refugiados venezuelanos.

A falta de controlo, a falta de leis e a ausência de estatutos e direitos, fragiliza o a situação de todos os imigrantes e refugiados, incluindo os venezuelanos. Apesar dos esforços dos países de destino, as infraestruturas e medidas de apoio aos imigrantes e refugiados são ainda claramente insuficientes. Muitos venezuelanos saem do seu país com o objetivo de encontrar melhores condições de vida, porém devido à falta de apoio ficam igual ou pior que na situação em que estavam anteriormente, sem acesso a bens básicos e com serias dificuldades financeiras.

A crise que atualmente atravessa a Venezuela é multidimensional porque abarca o político, económico e social, e tem contornos humanitários que se manifestam, por exemplo, através da saída em massa da população e a grande velocidade. As causas são diversas, desde o aumento da violência, a falta de bens alimentares e medicamentos, passando pelas sanções internacionais, e a falta de políticas centradas no investimento privado e no desenvolvimento sustentável. As deficiências e fragilidades do sistema tornaram-se evidentes, particularmente neste país da América do Sul, durante a Pandemia da Covid19.

A fuga de milhões de migrantes venezuelanos provocou um aumento expressivo no número de migrantes e refugiados venezuelanos nos países mais próximos, principalmente, mas outros países mais distantes, por exemplo na Europa, também têm sido uma escolha. Depois de Espanha e Itália, Portugal têm visto o número de imigrantes venezuelanos a

aumentar, especialmente desde 2015. Procurando caracterizar este grupo de pessoas e observar tendências em relação à integração ou o retorno ao seu país de origem, foi realizado um inquérito no âmbito da pesquisa, e apesar da amostra ser limitada deu-nos algumas pistas que coincidem com outros dados obtidos, através da leitura de relatório do Gabinete de Estratégia e Dados.

Sobre as causas da escolha de Portugal como destino, foi a presença histórica de portugueses na Venezuela, e as redes estabelecidas há anos, um dos principais fatores que facilitaram a vaga de venezuelanos para Portugal. A maior parte dos inquiridos, de facto, tinham raízes portuguesas ou seu cônjuge tinha raízes em Portugal. Outros fatores foram a segurança, acesso a instituições de saúde, novas oportunidades e melhores condições de vida.

Quando estudamos as relações político-diplomáticas entre Portugal e a Venezuela, ficamos a saber que foi em 1959 quando a missão diplomática (desde 1914) de Portugal na Venezuela foi elevada à categoria de Embaixada. A partir do fim da ditadura, estas relações foram ganhando um certo dinamismo quando comparada com outros países da região. Isto verifica-se pela assinatura dos acordos económicos ainda no século passado, contudo, foi no ano 2009 que foi assinado o último acordo bilateral entre os dois países.

Em relação ao regime cada vez mais autoritário de Nicolás Maduro, Portugal juntou-se às vozes de muitos outros países contra os excessos, a repressão, a violação dos direitos humanos. Porém foi a partir da ocorrência de determinados eventos aqui descritos que observamos mais claramente a deterioração das relações entre estes dois países.

Incidentes como a detenção de cerca de trinta gerentes de supermercados de nacionalidade portuguesa, em 2018, na Venezuela, e a falta de cumprimento por parte do governo venezuelano de compromissos assumidos como o pagamento das prestações sociais dos luso-venezuelanos que trabalharam na Venezuela e vieram para Portugal, têm gerado desconfiança e o deterioro das relações entre as partes. As mais recentes visitas oficiais que ocorreram, nomeadamente do então Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva, à Venezuela foi para resolver uma situação urgente e não para promover ou reforçar a cooperação entre os países.

A chegada de venezuelanos e luso-venezuelanos a Portugal, ainda que não tenha tido um impacto direto nas relações político-diplomáticas, poderá estar a exercer pressão sobre os orçamentos locais e regionais. As dificuldades aumentam na mesma medida que aumenta o número de imigrantes e são necessários apoios. Esta situação se não for bem gerida pode

colocar os imigrantes em situações de risco perante o aumento da pobreza, xenofobia, tráfico de pessoas, etc.

A crise multidimensional que atravessa a República Bolivariana da Venezuela, não tem previsão de fim. A saída de venezuelanos em massa e grande velocidade alerta para uma crise com contornos humanitários.

Referências Bibliográficas

Acasp. (2021). Venezuela/Colombia. Caminantes: Necesidades y vulnerabilidades de los refugiados y migrantes venezolanos que viajan a pie.

https://www.acaps.org/sites/acaps/files/keydocuments/files/20210121_acaps_thematic_report_caminantes_in_colombia_and_venezuela_spanish.pdf

Agência Lusa. (2015). Fronteira entre a Venezuela e a Colômbia fechada. Panamá quer "solução pacífica" para acabar com crise. *Observador*.

Agência Lusa. (2017). Mais de meio milhão de venezuelanos pediram cartão de fronteira à Colômbia. *Observador*.

Agência Lusa. (2020). Venezuela. Salário mínimo integral aumenta de 2,43 euros para o equivalente a 4,33 euros. *Observador*.

Agência Lusa. (2021). Portugal reconhece "dificuldades" com Venezuela, mas valoriza evoluções positivas. *Observador*.

Amnesty International. (2018). Venezuela: Authorities must stop criminalizing and killing young people living in poverty. Amnesty International.

Amnistia Internacional. (2019). More Than a Dozen People Killed in Protests in Venezuela. Amnistia Internacional.

Antunes, M. M. (1970). Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários. *Análise Social*, 299-385.

Avó, C. (2019). Primeiras consequências do apoio de Portugal a Guaidó. *Diário de Notícias*.

Bachelet, M. (2019). Oral update on the situation of human rights in the Bolivarian Republic of Venezuela. Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights.

Banco Mundial (2020). Migrantes y refugiados venezolanos en el Perú: el impacto de la crisis de la COVID-19.

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/647431591197541136/pdf/Migrantes-y-Refugiados-Venezolanos-en-El-Peru-El-Impacto-de-la-Crisis-del-Covid-19.pdf>

Bernardes, B. G. (2015). A Venezuela numa encruzilhada a nova bipolarização no contexto pós-Chávez. *IPRI*.

Briceño-Ruiz, J., & Lehmann, K. (2021). Venezuela in Crisis: Governability, Equity and Democracy. *Financial Crisis Management and Democracy: Lessons from Europe and Latin America*, 213-224.

Broner, T. T. (2018a). The Venezuelan Walkers. 200 Venezuelans are leaving the country every day on foot. They deserve a humane, coordinated response. *Foreign Policy In Focus*.

Broner, T. T., Frelick, B., & Albin-Lackey, C. (2018b). The Venezuelan Exodus: the need for a regional response to an unprecedented migration crisis. *Human Rights Watch*.

Bruno, C., Agência Lusa. (2020). Venezuela suspende voos da TAP para o país durante 90 dias. Transportadora confirma e diz que "medida é gravosa". *Observador*.

Burchard, H. V. D. (2021). Venezuela expels EU ambassador in reaction to sanctions. *Politico*.

Camões, I.P. (2020). Ponte Aérea Humanitária para a Venezuela. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Castro, Z. (2017). Os novos retornados vêm da Venezuela. *Revista Sábado*.

Cervera, R. C. (2010). *Metodos y tecnicas de investigación en relaciones internacionales*. Universidad Complutense de Madrid.

Cheatham, A., & Labrador, R. C. (2021). Venezuela: The Rise and Fall of a Petrostate. *Council on Foreign Relations*, 29.

Congressional Research Service. (2022). Venezuela: Overview of U.S. Sanctions. *CRS Report*.

Constitucion de la República Bolivariana de Venezuela. (1999).

Cumming-Bruce, N. (2021). Venezuela's Judicial System Abets Repression, Says U.N. Rights Panel. *The New York Times*.

Da Redação. (2015). Preços do petróleo se aproximam do fundo do poço de 2008. *Exame*.

Declaração de Cartagena. (1984). Declaração de Cartagena. Conclusões e Recomendações. ACNUR.

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf

Diário da Assembleia da República. (2017). Voto de pesar e apelo ao diálogo democrático na Venezuela (PSD, PS e CDS-PP). Voto n.º 357/XIII (2.ª), I Série, número 107, 08.07.2017, p.64.

Diário da Assembleia da República. (2018). Voto de preocupação e condenação pela situação dos presos políticos na Venezuela n.º 599/XIII/3.ª (CDS-PP), I série N.º107/XIII/3 2018.07.19, pp. 43-44.

Diário da República I, Decreto n.º 31-A (2008a). Acordo Complementar ao Acordo Quadro de Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Venezuela, em Matéria de Cooperação Económica e Energética entre a República Portuguesa e a República Bolivariana da Venezuela. Governo da República Portuguesa.

Diário da República I, Decreto n.º 31-B (2008b). Acordo Complementar ao Acordo Quadro de Cooperação no Domínio do Turismo entre a República Portuguesa e a República Bolivariana da Venezuela. Governo da República Portuguesa.

Diário da República I, n.º 78. (2010). Acordo Sanitário e Fitossanitário entre a República Portuguesa e a República Bolivariana da Venezuela para o Comércio de Produtos e Subprodutos Agro-Alimentares. Governo da República Portuguesa.

Diário da República I, n.º 196. (2008). Acordo sobre o Exercício de Atividades Renumeradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas.

Diário da República I, n.º 211. (1978). Acordo Operacional de Emigração entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Venezuela. Governo da República Portuguesa.

Diário da República I, n.º 246. (1979). Acordo Básico de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Venezuela. Governo da República Portuguesa.

Diário da República I, n.º 259. (1980). Acordo Complementar do Acordo Básico de Cooperação Económica e Industrial entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Venezuela, em Matéria Comercial. Governo da República Portuguesa.

Diário da República I-A, nº12. (1997). Acordo, por troca de notas, entre a República Portuguesa e a República da Venezuela sobre Supressão de Vistos em Passaportes Comuns. Governo da República Portuguesa.

Diário da República I-A, nº43. (1995). Acordo Quadro de Cooperação entre Portugal e a Venezuela. Governo da República Portuguesa.

Diário da República I-A, nº89. (1995). Acordo de Promoção e Protecção Mútua de Investimentos entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Venezuela. Governo da República Portuguesa.

Diário da República I-A, nº99. (1995). Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Venezuela sobre Prevenção, Controlo, Fiscalização e Repressão do Consumo Indevido e Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas. Governo da República Portuguesa.

Diário da República I-A, n.º 127. (1992). Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República da Venezuela respectivo Acordo Administrativo de aplicação. Governo da República Portuguesa.

Diário da República I-A, n.º 262. (2002). Acordo entre a República Portuguesa e a República Bolivariana de Venezuela sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, de Serviços e Especiais. Governo da República Portuguesa.

Diário da República I-A, nº281. (1997). Convenção entre a República Portuguesa e a República da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e respectivo Protocolo. Governo da República Portuguesa.

Diário de Notícias. (2021). CDS exige que o Governo da República solucione problema das "pensões devidas pela Venezuela". *Diário de Notícias*.

<https://www.dnoticias.pt/2021/11/12/284767-cds-exige-que-o-governo-da-republica-solucione-problema-das-pensoes-devidas-pela-venezuela/>

DN/Lusa. (2021). Operações aéreas restringidas até 18 de janeiro de 2022 na Venezuela. *Diário de Notícias*.

DRI - Direção Regional de Informática. (2022). Historial da Emigração da R.A.M. Direção Regional das Comunidades e Cooperação Externa.

<https://ccmm.madeira.gov.pt/index.php/emigracao/historial-da-emigracao>

Ebus, B. (2018). As Colombia tightens its border, more Venezuelan migrants brave clandestine routes. *The New Humanitarian*.

Encovi. (2021). Condiciones de vida de los venezolanos: entre emergencia humanitaria y pandemia. Encuesta Nacional sobre Condiciones de Vida 2021. Universidad Católica Andrés Bello. Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales.

Estado Peruano (2022). Sacar Permiso Temporal de Permanencia (PTP) para venezolanos. <https://www.gob.pe/634-sacar-permiso-temporal-de-permanencia-ntp-para-venezolanos>

Felerstein, M. Kalindi W. (2019). La Experiencia de los Refugiados Venezolanos en Colombia y Perú. Tent. https://www.tent.org/wp-content/uploads/2021/08/Tent_VenezuelanReport_SPANISH_FV_digital.pdf

Ferro, C. (2016). Estado dá um milhão por ano a associações de emigrantes. *Diário de Notícias*.

Friedman, U. (2013). It's official: Nicolás Maduro wants to be Chávez 2.0. *Foreign Policy*.

Gabaldón-Figueira, J. C., Villegas, L., Grillet, M. E., Lezaun, J., Pocaterra, L., Bevilacqua, M., ... & Chaccour, C. (2021). Malaria in Venezuela: Gabaldon's legacy scattered to the winds. *The Lancet Global Health*, 9(5), e584-e585.

Gabinete de Estratégia e Dados. (2022). População Estrangeira Residente em Portugal - Venezuela (República Bolivariana da). República Portuguesa.

Gamboa, L. (2016). Venezuela: Aprofundamento do autoritarismo ou transição para a democracia? *Relações Internacionais (R:I)*, (52), 55-66.

Gobierno de Colombia. (2022). Preguntas Frecuentes TMF. Migración. Ministerio de Relaciones Exteriores. <https://www.migracioncolombia.gov.co/venezuela/tmf/preguntas-frecuentes-tmf>

Gobierno de Colombia. (2022). Permiso Especial de Permanencia para el Fomento de la Formalización- PEPFF. Ministerio del Trabajo. <https://www.mintrabajo.gov.co/empleo-y-pensiones/movilidad-y-formacion/grupo-de-gestion-de-la-politica-de-migracion-laboral/pepff>

Gobierno de Colombia. (2022). Preguntas Frecuentes Renovación PEP. Migración. Ministerio de Relaciones Exteriores. <https://www.migracioncolombia.gov.co/venezuela/pep/preguntas-frecuentes-renovacionpep?highlight=WyJwZXAiLCJxdWUiLCJlcyIsInBlcCBxdWUiLCJxdWUgZXMiXQ==>

Gomes, N. (2009). Os portugueses na Venezuela. *Relações Internacionais*, 83-92.

Gomes, N. (2017). A República Bolivariana da Venezuela sem Hugo Chávez. *JANUS 2017-A comunicação mundializada*, 38-39.

Gomes, N. (2018). O PSUV e o rumo político da Venezuela. *Janus 2018-2019- Conjuntura internacional: a dimensão externa da segurança interna*.

Gonçalves, S. S. (2022). TAP retoma voos regulares para a Venezuela. *Diário de Notícias*.

Goulart, M., & Adinolfi, G. (2018). O desafio populista à democracia representativa: a Venezuela chavista e o Movimento 5 Estrelas. *Análise Social*, LIII(227), 388-414.

Grillet, M. E., Moreno, J. E., Hernández-Villena, J. V., Vincenti-González, M. F., Noya, O., Tami, A., ... & Conn, J. E. (2021). Malaria in Southern Venezuela: the hottest hotspot in Latin America. *PLoS neglected tropical diseases*, 15(1), e0008211.

Gutierrez, M. (2015). Venezuela fecha mais fronteiras com a Colômbia. *Expresso*.

Holsti, K.J. (1988). *International Politics, Analysis Framework*. Edition Ii. Translate By M. Tahrir Azhari. Jakarta. Publisher Erlangga.

Holsti, K.J. (1992). *International Politics. A Framework For Analysis*. New Jersey. Prentice-Hall.

Holsti, K.J. (1996). Resolving international conflicts: a taxonomy of behavior and some figures on procedures. *Journal of Conflict Resolution*, 10(3), 272–296.

Human Rights Watch. (2017). Crackdown on Dissent. Brutality, Torture, and Political Persecution in Venezuela. <https://www.hrw.org/report/2017/11/30/crackdown-dissent/brutality-torture-and-political-persecution-venezuela>

Human Rights Watch. (2018). The Venezuelan Exodus. The Need for a Regional Response to an Unprecedented Migration Crisis. https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/venezuela0918_web.pdf

Human Rights Watch. (2020a). Venezuela Eventos de 2019. <https://www.hrw.org/pt/world-report/2020/country-chapters/336670#322323>

Human Rights Watch. (2020b). Colombia/Venezuela: Armed Groups Control Lives at Border. <https://www.hrw.org/news/2020/01/22/colombia/venezuela-armed-groups-control-lives-border>

International Crisis Group. (2022). Tiempos difíciles en el refugio: cómo proteger a los migrantes venezolanos en Colombia.

International Crisis Group. (2020). Broken Ties, Frozen Borders: Colombia and Venezuela Face COVID-19.

Lancet, T. (2018). The collapse of the Venezuelan health system. *Lancet* (London, England), 391(10128), 1331.

López maya, M. (2006), “Venezuela 2001-2004: actores y estrategias en la lucha hegemónica”. In G. Caetano, *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta em la historia reciente de América Latina*, Buenos Aires, CLACSO.

Lusa. (2017). Governo português adota medidas de apoio a emigrantes na Venezuela que queiram regressar ao país. *Portugal Digital*.

Lusa. (2018). Santos Silva visita Venezuela para apurar situação de emigrantes e empresas portuguesas. *Jornal de Notícias*.

Lusa. (2019). Cerca de 10 mil portugueses regressaram da Venezuela. *Eco.Sapo*.

Lusa, Público. (2019). Venezuela: Portugal doou 4000 cartões de cidadão e 4500 passaportes. *Público*.

Mantilla, J. (2019). The Border Control Paradox in Venezuela. Faculty of Law Blogs / University of Oxford. <https://blogs.law.ox.ac.uk/research-subject-groups/centre-criminology/centreborder-criminologies/blog/2019/12/border-control>

Marques, P. V. (2019). Venezuela: passaporte vai custar quatro salários mínimos, mas portugueses não pagam. *Diário de Notícias*.

Ministerio del Poder Popular de la Salud. (2021). MISIÓN BARRIO ADENTRO: 18 años cuidando la salud y vida del pueblo venezolano. Gobierno Bolivariano de Venezuela.

Ministério Público Portugal. (1960). Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Procuradoria-Geral da Republica.

Moleiro, A (2018). Las presidenciales registran la abstención más alta en la historia de Venezuela. *El País*.

Monaldi, F. (2015). The impact of the decline in oil prices on the economics, politics and oil industry of Venezuela.

Nações Unidas. (2020). Venezuela: Um terço das pessoas enfrenta insegurança alimentar, diz ONU. *ONU News*.

Observatório da Emigração. (2019). Estimativas e dados globais. <http://observatorioemigracao.pt/np4/1315/>

Observatório da Emigração. (2022). Venezuela. <http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=235>

Observatorio Venezolano de Violencia. (2011). 2011 – El año más violento de la historia nacional. Observatorio Venezolano de Violencia (OVV).

Observatorio Venezolano de Violencia. (2018). 2018 – La violencia presenta nuevos rostros en el país: el empobrecimiento y la letalidad policial. Observatorio Venezolano de Violencia (OVV).

Observatorio Venezolano de Violencia. (2021). Informe Anual de Violencia 2021. Observatorio Venezolano de Violencia (OVV).

Observatorio Venezolano de Conflictividad Social. (2017). Conflictividad social en Venezuela en 2017. Observatorio Venezolano de Conflictividad Social (OVCS).

Observatorio Venezolano de Conflictividad Social. (2018). Conflictividad social en Venezuela en 2018. Observatorio Venezolano de Conflictividad Social (OVCS).

Observatorio Venezolano de Conflictividad Social. (2019). Conflictividad social en Venezuela en 2019. Observatorio Venezolano de Conflictividad Social (OVCS).

Observatorio Venezolano de Conflictividad Social. (2022). 10 años de protestas en Venezuela. Observatorio Venezolano de Conflictividad Social (OVCS).

Ocha. (2020). VENEZUELA: COVID-19. Flash Update No. 3. Office for the Coordination of Humanitarian Affairs.

Office of the United Nations High Commissioner for Refugees. (2020). Global Trends: Forced Displacement in 2020. *United Nations High Commissioner for Refugees*.

Oliveira, I. T. D., Candeias, P., Peixoto, J., Malheiros, J., & Azevedo, J. (2017). Regressos de emigrantes portugueses, 2001-2011. Observatório da Emigração.

Olmo, G. D. (2019). "Faes, o 'Bope' de Maduro acusado de ser 'grupo de extermínio' na Venezuela." ("Faes, o 'Bope' de Maduro acusado de ser ... - BBC News Brasil") BBC News Mundo na Venezuela.

Organização Pan-Americana de Saúde, Organização Mundial de Saúde. (2018). PAHO's response to maintaining an effective technical cooperation agenda in Venezuela and neighboring member states. <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/49487/CE162-INF-22-p.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

Page, K., & Taraciuk Broner, T. (2020). Venezuela's health care crisis now poses a global threat. *Foreign Policy*.

Pardal, L. & Lopes, E. (2011). Métodos e Técnicas de Investigação Social. Lisboa: Areal Editores.

Ramírez, E. G. (2018). The Venezuelan migrant crisis. A growing emergency for the region. European Parliamentary Research Service.

República portuguesa. (2018). Linha Regressar Venezuela disponibiliza 50 milhões para empresários que regressem a Portugal. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/comunicado?i=linha-regressar-venezuela-disponibiliza-50-milhoes-para-empresarios-que-regressem-a-portugal>

República portuguesa. (2019). Portugal reconhece Juan Guaidó como Presidente interino da Venezuela.

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/comunicado?i=portugal-reconhece-juan-guaido-como-presidente-interino-da-venezuela>

Reuters. (2022). Venezuela. COVID-19 TRACKER. Reuters.

<https://www.reuters.com/graphics/world-coronavirus-tracker-and-maps/countries-and-territories/venezuela/>

Reuters Staff. (2020). UPDATE 1-Venezuela imposes price controls again to limit accelerating inflation. Reuters.

Rodrigues, Teresa F. (2010), Dinâmicas Migratórias e Riscos de Segurança em Portugal, n.º 2, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional.

Rodrigues, T. M. F., & Ferreira, S. (2014). Portugal e a globalização das migrações. *População e Sociedade*, 12(NA), 137-156.

Romero, A., Santomé, G. H., Suárez, M., & Velázquez, P. (2017). Reporte Sobre la Represión Política en Venezuela, Año 2017. Foro Penal.

Romero, A., Santomé, G. H., Suárez, M., & Velázquez, P. (2018). Reporte Sobre la Represión Política en Venezuela, Año 2018. Foro Penal.

Romero, C.A. (2013). La Revolución Bolivariana: sinopsis de una permanente ambigüedad. *Desafíos*, 25(1), pp. 15-43 RTP. (2018). Venezuela. MNE transmite "grande preocupação" com portugueses detidos.

RTP. (2018). Venezuela. Nova fase de ajuda aos portugueses está no terreno.

R4V. (2020). RMRP 2020 For Refugees and Migrants from Venezuela. Interagency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela.

R4V. (2022a). End-Year Report 2021. Regional Refugee and Migrant Response Plan (RMRP). Interagency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela.

R4V. (2022b). Refugees and Migrants from Venezuela. Interagency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela.

<https://www.r4v.info/en/refugeeandmigrants>

Seelke, C. R., Brown, P., Nelson, R. M., & Margesson, R. (2019). Venezuela: Background and U.S. Relations. Congressional Research Service, R44841, 1-40.

Semple, K. (2018). “Estamos perdiendo la batalla”: la tuberculosis golpea a una Venezuela en crisis. *The New York Times*.

Silva, S. S. (2017). O último destino é Portugal" para emigrantes que fogem da Venezuela. *TSF*.

Smolansky, D., Toledo, G., Bahar, D., Hollified, J., & Marín, L. (2019). Informe del Grupo de Trabajo de la Organización de los Estados Americanos para abordar la crisis de migrantes y refugiados venezolanos en la región. Organización de los Estados Americanos (OEA).

Tavares, P. Reis A. (2017). José Luís Carneiro: "Nenhum português ficará sem apoio na Venezuela". *Diário de Notícias*.

Teixeira Fernandes, J. P. (2019). A batalha da Venezuela: constitucionalidade, legitimidade e reconhecimento internacional. *Público*.

Testa, G. (2019). Waning welcome: The growing challenges facing mixed migration flows from Venezuela. A field assessment study in Colombia and Peru. Mixed Migration Centre. http://www.mixedmigration.org/wpcontent/uploads/2019/09/072_venezuela.pdf

The World Bank. GDP growth (annual %) - Venezuela, RB. <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2014&locations=VE&start=1961&view=chart>

UNHCR. (2019). Access to education for refugee children in Peru with “Lima Aprende”. *Global Compact on Refugees Digital Platform*.

UNHCR. (2021). Global Trends – Forced Displacement in 2020. United Nations High Commissioner for Refugees.

UNHCR. (2021). Estatuto Temporal de Protección para Migrantes Venezolanos. La agencia de la ONU para los Refugiados.

UNHCR. (2021). CPP: Carné de Permiso Temporal de Permanencia. La agencia de la ONU para los Refugiados.

UNHCR. (2022). Venezuela situation. <https://www.unhcr.org/venezuela-emergency.html>

Wolfe, G. (2021). Where Are Venezuelan Migrants and Refugees Going? An Analysis of Legal and Social Contexts in Receiving Countries. *Center for Migration Studies*.

Anexos

Modelo de questionário

Caso de Estudo: Os Imigrantes venezuelanos em Portugal

Investigação Académica no âmbito de dissertação em Mestrado de Relações Internacionais na Universidade Autónoma de Lisboa. O presente inquérito tem como base compreender os contornos da migração de venezuelanos e luso-venezuelanos para Portugal.

Todas as informações recolhidas são confidenciais garantindo o anonimato do participante, sendo utilizadas exclusivamente para o presente estudo.

A sua participação é voluntária e pode desistir do preenchimento do questionário em qualquer momento.

[Inicie sessão no Google](#) para guardar o seu progresso. [Saiba mais](#)

* Indica uma pergunta obrigatória

Nome (não é necessário apelido) *

A sua resposta



Sexo *

- Masculino
- Feminino
- Outro

Idade *

- Até 18 anos
- Entre 18 e 30
- Entre 30 e 40
- Entre 40 e 50
- Entre 50 e 60
- Mais de 60 anos
- Outra: _____

Local de Nascimento. *

A sua resposta _____

Distrito onde reside atualmente. *

A sua resposta _____

Nível de Escolaridade. *

A sua resposta

Situação Profissional antes de Imigrar. *

A sua resposta

Situação Profissional Atual. *

A sua resposta

Quais os motivos que o/a levaram a imigrar. *

A sua resposta

Teve dificuldades no processo de imigração? Se sim descreva-as. *

A sua resposta

Há quanto tempo se encontra em Portugal? *

A sua resposta

Porquê Portugal? *

A sua resposta

Sente-se integrado ou integrada na sociedade? *

Sim

Não

Recebeu ajuda do Estado Português ou Associações Migratórias? *

Sim

Não

Só do Estado Português

Só das Associações Migratórias

Pretende voltar à Venezuela? (opcional)

Sim

Não

Enviar

Limpar formulário

Nunca envie palavras-passe através dos Google Forms.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

[Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)

Google Formulários

Acordos Bilaterais entre a República Portuguesa e a República Bolivariana da Venezuela

Ano	Acordo	Área
1956	Acordo sobre Transportes Aéreos	Transportes Aéreos
1976	Acordo Básico sobre Cooperação Económica e Industrial.	Cooperação económica, Investimento e Comércio
1978	Acordo Operacional de Emigração.	Migração
1980	Acordo Complementar do Acordo Básico de Cooperação Económica e Industrial	Cooperação económica, Investimento e Comércio
1990	Acordo Administrativo para a aplicação da Convenção sobre Segurança Social	Segurança Social
1994	Acordo Quadro de Cooperação	Amizade e Cooperação
	Acordo de promoção e proteção mútua de investimentos	Cooperação Económica, Investimento e Comércio
	Acordo sobre prevenção, controlo, fiscalização e repressão do consumo indevido e tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas	Cooperação Jurídica
1995	Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Comuns	Vistos
2001	Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, de Serviços e Especiais	Relações Diplomáticas
2008	Acordo Complementar ao Acordo Quadro de Cooperação, em Matéria de Cooperação Económica e Energética	Cooperação Económica, Investimento e Comércio
	Acordo Complementar ao Acordo Quadro de Cooperação no Domínio do Turismo	Turismo
2009	Acordo Sanitário e Fitossanitário para o Comércio de Produtos e Subprodutos Agro-Alimentares	Alimentação e Agricultura

Fonte: Diário da República

Tabela elaborada pela autora